



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – CCE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ENGELS OLIVEIRA ROCHA

**MERCADO DE TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PERÍODO
2003 - 2012**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2014**

ENGELS OLIVEIRA ROCHA

**MERCADO DE TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PERÍODO 2003 -
2012**

Trabalho monográfico apresentado ao curso Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: Marcos Antônio Tavares Soares.

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2014**

ENGELS OLIVEIRA ROCHA

**MERCADO DE TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PERÍODO 2003 -
2012**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor
Orientador (a)

Nome do professor
Examinador (a)

Nome do professor
Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

A Vinícius Barbosa de Moraes, um nobre colega, amigo e que veio a se tornar um irmão. Agradeço por sua ajuda na elaboração das tabelas contidas nesta monografia, assim como as discussões que também contribuíram para esta monografia, além de muitos outros agradecimentos merecidos. Se for mencionar todos os que contribuíram de alguma forma para que este trabalho monográfico fosse realizado, estes agradecimentos seriam imensos, então, não fazendo menos justiça, agradeço também à minha família, especialmente a meu pai, minha mãe e minha irmã que tanto se esforçaram para que eu pudesse ter uma oportunidade de estudar e me formar em uma universidade, diferentemente de muitos dos meus conterrâneos que não tiveram a mesma chance. Também deixo registrada aqui minha gratidão ao professor Marcos, meu orientador, pela paciência e o apoio. Obrigado.

RESUMO

O trabalho assume no capitalismo o caráter central na produção de riquezas de um país. Apesar desse reconhecimento, tanto pelos teóricos marxistas, quanto pelos pensadores da escola clássica da economia (A. Smith, D. Ricardo, entre outros), na contemporaneidade surgiram teses que apontavam para o fim do emprego na sociedade capitalista, isto é, o número de trabalhadores seria reduzido a tal ponto que entraríamos na fase da produção sem emprego. No Brasil, nos anos de 1990, verificou-se a redução do emprego formal com registro em carteira mesmo em períodos de crescimento da economia. Tendência esta que sofre reversão a partir dos anos de 2000. No caso da dinâmica do emprego em Vitória da Conquista-Ba, constata-se a expansão do emprego com carteira no período analisado, 2003-2012. O presente estudo tem como objetivo analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal de Vitória da Conquista diante das flutuações da economia nacional, estadual e municipal. A metodologia utilizada constitui-se de Pesquisa bibliográfica, utilização de dados secundários do IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/CAGED) e SEI-BA referentes ao PIB e ao mercado de trabalho, por fim é realizada a análise estatística descritiva dos dados selecionados. Observou-se que nos últimos dez anos a cidade cresceu urbana e economicamente, uma vez que isso seja reflexo, também, das políticas macroeconômicas adotadas no período em destaque, mostrando certa sincronia com a economia do país. A expansão do PIB de Vitória Conquista teve como maiores participantes nestes resultados os setores de serviços, comércio, construção civil e indústria da transformação, seguindo o comportamento da economia estadual e federal. Tais setores foram os que tiveram mais peso na elevação do número de empregos gerados. Desse modo, conclui-se que Vitória da Conquista tem sustentado seu crescimento no trabalho de baixa qualificação e remuneração, em que há elevado fluxo nos postos de trabalho. Ao identificar essa dinâmica fica visível como as características mais marcantes da reestruturação produtiva estão ainda presentes nas economias em desenvolvimento, pois a precarização do trabalho, que se dá sob o eufemismo de flexibilização das leis trabalhistas, da subcontratação e terceirização da força de trabalho compõem a dinâmica da ordem econômica do programa neoliberal implantado no Brasil a partir dos anos 1990.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Mercado de trabalho. Emprego. Vitória da Conquista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. O CARÁTER ONTOLÓGICO E HISTÓRICO-MATERIAL DO TRABALHO..	08
1.1. Conceito e caráter ontológico do trabalho	08
1.2. Processo histórico-material do trabalho	11
1.3. Flexibilização e precarização do trabalho	17
2. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	24
2.1. Formação do mercado de trabalho brasileiro.....	24
2.2. Flexibilização do trabalho no Brasil.....	35
3. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO CONQUISTENSE E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	41
3.1 Evolução da economia do município de Vitória da Conquista.....	41
3.2 Crescimento econômico e mercado de trabalho em Vitória da Conquista no período de 2003-2012.....	47
3.3 Dinâmica recente do mercado de trabalho de V. da Conquista, 2003-2012.....	49
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a categoria trabalho permite entendê-lo como um processo sempre presente na vida humana, desde as etapas primitivas da sociedade. Métodos e equipamentos foram desenvolvidos pelo homem para transformar a natureza em seu benefício. De forma dinâmica e contínua a sociedade capitalista resulta de uma série de transformações que a acompanham ao longo do seu processo evolutivo. À medida que o homem desenvolveu sua forma de pensar, principalmente, o trabalho, para melhoria das suas condições de vida e satisfação de necessidades, experimentou também o avanço das forças produtivas¹. Quanto mais seu intelecto se desenvolvia, mais produtivo se tornava o trabalho.

Quando o homem deixa de ser coletor de alimentos e de viver em bandos passando a produzir seu próprio alimento através da descoberta do plantio e da domesticação ocorre uma revolução na vida humana, pois pela primeira vez foi possível produzir mais do que o necessário. A partir deste momento o homem deixa de ser nômade, pois não é mais preciso migrar para outras regiões em busca de alimento quando se esgotavam os recursos de um lugar após certo tempo que o bando de nômades se instalava.

Quando o homem alcança a possibilidade e a capacidade de acumulação acompanhado do cercamento do primeiro pedaço de terra surgiu a propriedade privada que, aliada a acumulação de riquezas tornou possível a exploração do homem pelo homem e com ela as classes sociais. No âmbito das transformações pelas quais passou a e continua passando a humanidade o trabalho foi passando também por mudanças exigidas por cada contexto histórico. Passando pela escravidão, nas sociedades escravistas, pela servidão na Idade Média até o assalariamento no capitalismo, principalmente a partir da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII.

Com esta relação social por meio de salário que Marx identifica que ocorre a exploração do homem pelo homem. O capitalista ou burguês passa a ser o dono dos meios de produção enquanto o trabalhador detém apenas a força de trabalho. Para sobreviver o trabalhador a aliena sob a forma de emprego (contrato de trabalho), realizado no mercado (mercado de trabalho) de modo que a remuneração pelo emprego do trabalho é expressa em

¹ As forças produtivas são a combinação dos meios de produção (máquinas e equipamentos) com força de trabalho para a produção de riquezas. À medida que o capitalismo vai se desenvolvendo estas forças produtivas tendem a acompanhar este comportamento.

salário. No entanto, Marx coloca a questão de que há uma imensa desproporção entre o salário pago pelo trabalho executado e o valor total das riquezas que cada trabalhador produz nesse mesmo tempo de atividade. Esta relação é descrita pelo autor como mais-valia, que gera o lucro que é acumulado e reaplicado pelo gestor do capital para a reprodução capitalista.

Deste modo o trabalho produz as riquezas que são apropriadas por outro que não é o dono da força de trabalho. Esta relação impõe ao trabalhador a condição de permanente subordinação ao dono dos meios de produção e a este a condição de dominação sobre o trabalhador, conseqüentemente reproduz a divisão de classes sociais. Na sociedade capitalista as forças produtivas experimentaram um aumento extraordinário da sua capacidade de produção favorecido pelo desenvolvimento tecnológico que substituiu o trabalho humano pelo das máquinas e computadores.

Ao promover esta substituição a força de trabalho se torna desvalorizada, favorecida pelo aumento da população que a torna abundante, considerando que as vagas de emprego são menores que a oferta de mão de obra. Assim, para sobreviver o trabalhador é levado cada vez mais a trabalhar sob condições indignas para a realização da sua atividade. É com esta observação a respeito das diferentes formas de utilização do trabalho no processo evolutivo das sociedades que a pesquisa busca identificar o comportamento do mercado de trabalho de Vitória da Conquista associado à dinâmica econômica.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho monográfico é identificar as transformações ocorridas no mundo do trabalho, focando o Brasil para que possa ser atingido o objetivo específico de verificar a dinâmica do mercado de trabalho conquistense diante do comportamento da sua economia. Neste sentido são adotadas como metodologia a pesquisa bibliográfica contemplando o processo histórico do trabalho, a formação do mercado de trabalho brasileiro e a dinâmica do mercado de trabalho de Vitória da Conquista.

Também fez-se uso do levantamento de dados secundários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE – CAGED), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, a pesquisa tem como ponto de partida o seguinte problema: qual o comportamento do mercado de trabalho do município diante das flutuações da sua economia?

Esta monografia está organizada em três partes. A primeira trata do conceito e caráter ontológico e material do trabalho, subdividindo-se em outras três partes: 1) Conceito

e caráter ontológico do trabalho; 2) Processo histórico e material do trabalho; e 3) Flexibilização e precarização do trabalho. Na segunda parte será feito um estudo sobre o crescimento econômico brasileiro relacionando-o com a entrada das políticas neoliberais no país, as quais tiveram significativos impactos no mercado de trabalho. A terceira etapa é a que conclui o trabalho analisando a dinâmica do mercado de trabalho de Vitória da Conquista a partir das variações ocorridas na sua respectiva economia.

No capítulo 1 busca-se definir o que é trabalho e qual a importância dessa categoria analítica histórica no processo civilizatório e de produção/reprodução social, tendo o trabalho a categoria central. Esta reflexão dará a base necessária para alcançar a meta de demonstrar como o crescimento econômico tem impactado no mercado de trabalho de Vitória da Conquista-BA. Ainda nesta parte também será apresentado o trabalho como processo fundante e capacidade intrínseca do homem, ao iniciar-se mentalmente, a partir da idealização (processo subjetivo) chegando depois à sua realização (processo objetivo) juntamente com a prática do trabalho para assim compreender a categoria central da formação humana e suas transformações.

Como base para a discussão do primeiro capítulo são utilizadas as correntes de pensamento econômico, tanto marxistas quanto liberais, em especial a marxista por ser esta a que se aprofunda nas discussões referentes ao trabalho no capitalismo. O intuito é justificar a importância do trabalho na construção individual do ser social e da sociedade, além de expor a exploração do homem por meio do seu próprio trabalho, além das formas precarizadas de trabalho que muitas vezes o trabalhador é submetido.

Foram escolhidas estas duas linhas de pensamento, pois Smith e Ricardo se dedicaram ao estudo da importância do trabalho na geração das riquezas materiais e a marxista por ser a que deu início ao estudo da categoria fundante do homem e percebeu o seu elevado grau de importância para além da mera produção de riquezas ao perceber a importância de caráter social identificada no trabalho.

Tratam-se de duas formas diferentes de se analisar o funcionamento do sistema econômico, mas convergem no ponto em que entendem que o desenvolvimento econômico está atrelado ao trabalho. Os clássicos buscam encontrar formas de aumentar a produtividade da riqueza a partir do maior rendimento do trabalho. Nesta perspectiva, Adam Smith (1988), ao entender o trabalho como gerador de riqueza, preocupa-se em discutir as causas que

promovem a maior produtividade do mesmo. É a partir daí que se tem a discussão da divisão técnica do trabalho como método de acelerar a produtividade do mesmo.

O marxismo, por sua vez, entende que o trabalhador (proletário) é explorado pelo capitalista, dono dos meios de produção, pois trabalha e produz valores muito acima do que lhe é pago como salário, ou seja, analisa as relações de produção do sistema e a diferença na repartição das riquezas entre os donos do capital e o trabalhador. Assim, afirma que a riqueza e o seu crescimento são fruto do trabalho que é expropriado do proletário, o que ele chama de mais-valia. Ela é o valor do excedente produtivo em relação à remuneração do proletário.

Assim, parte-se do estudo histórico da origem do trabalho e o seu caráter social e das riquezas até chegar à ideia da precarização do trabalho. Este roteiro permitirá compreender o processo pelo qual a humanidade passou em sua construção e continua passando, se remodelando a cada instante.

No segundo capítulo será feito um estudo sobre a formação da economia brasileira a partir da sua formação desde o período colonial. Diante do processo histórico da economia do Brasil, será possível observar a formação do mercado de trabalho formal por meio das mudanças políticas e econômicas que ocorreram até que se estabelecesse este mercado nos anos de 1980. Neste mesmo capítulo aborda-se os anos de 1990 com enfoque sobre as mudanças nas políticas econômicas implementadas a partir deste ano de viés neoliberal identificando as transformações e os resultados destas políticas no âmbito do mercado de trabalho.

Ainda nesta etapa, como base para a sua elaboração são tomados como referências alguns estudiosos que tratam da formação econômica do Brasil, como Caio Prado Júnior (2008) e Celso Furtado (1984) e outros que tratam da formação do mercado de trabalho formal no Brasil e da sua configuração a partir de 1990, quando predominam as políticas neoliberais no país, como Ricardo Antunes (2012), Márcio Pochmann (2008), Cacciamali (1999) entre outros. O estudo sobre os trabalhos destes dá condições para a apresentação das mudanças ocorridas no campo do trabalho no Brasil.

No terceiro, será analisada a economia de Vitória da Conquista observando o seu crescimento e como se reflete no mercado de trabalho. Para isso considera-se o fato de que a sua economia é uma das que mais crescem no estado da Bahia e que grande parte deste crescimento ocorre nos setores de serviços, comércio e da indústria da construção civil,

sendo estas atividades intensivas em força de trabalho. Neste sentido, também estuda-se a formação histórica do município de Vitória da Conquista, da sua economia e conseqüentemente do seu mercado formal de trabalho.

Como base para construção desta última parte do trabalho monográfico são utilizados dados sobre os PIBs do Brasil, da Bahia e de Vitória da Conquista, sistematizados pela SEI extraídos do IBGE e dados do emprego formal compreendendo também o país, o estado e o município coletados no Ministério do Trabalho e Emprego MTE e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A partir do estudo destes dados busca-se identificar quais os setores mais dinâmicos da economia conquistense e a participação deles na composição do emprego formal, observando também a qualidade destes empregos.

1 O CARÁTER ONTOLÓGICO E HISTÓRICO-MATERIAL DO TRABALHO

1.1 Conceito e caráter ontológico do trabalho

Para se chegar à noção ou ideia de como o sistema capitalista de produção modificou a essência do ser humano, repercutindo desta forma no atual modelo de sociedade, é preciso partir do estudo da sua base. O alicerce deste sistema, o que o produz, ou o reproduz, simultaneamente com a sociedade, o trabalho humano, como será mostrado mais à frente com embasado em determinadas teorias que aprofundaram no estudo do trabalho no capitalismo.

O homem ao realizar trabalho produz modificações na natureza e nele próprio. Por isso, ele é capaz de modificar a natureza e com isso também ser modificado, atendendo assim às suas necessidades e desenvolvendo suas habilidades. Esse processo do trabalho pode ser conceituado em Marx como ontológico, uma capacidade exclusiva e fundante do ser humano. Marx diz que o trabalho é ontológico, por ser comum e intrínseco a todos e a cada homem particularmente, pois a natureza é a base que lhe permite realizá-lo a partir da relação que há entre ambas as partes. Por este motivo, a mesma não pode ser excluída da análise do indivíduo assim como do coletivo e, conseqüentemente, da produção e reprodução da sociedade. Marx na sua análise, conclui da seguinte forma:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Ao atuar, por meio deste movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

Desta forma, é comprovada a interligação e dependência para com a natureza tanto do homem, da sociedade e de forma não diferente o próprio sistema econômico, levando em conta que o seu agente transformador é animal, faz parte da natureza, além disso, é também um ser social, pois as suas ações interferem no meio ao qual pertence, e a reação disto é a influência desta nova sociedade moldando-o. Portanto, não há trabalho sem reprodução social e nem no sentido contrário. Neste aspecto, torna-se importante também observar a análise de Lessa sobre esta ontologia:

Sem qualquer dúvida estas duas categorias não existem cada uma por si: não há trabalho que não seja um ato de reprodução da sociedade, por outro lado, sem trabalho nenhuma reprodução social seria possível. São duas categorias ontologicamente articuladas e rigorosamente indissociáveis (LESSA, 2000, p. 19).

Mas, além do caráter social apontado pelos autores acima, é muito claro o papel do trabalho na produção de valores materiais. Existe outra característica muito própria do humano que é a capacidade de idealização da possibilidade de satisfação das suas necessidades (subjativação) antes de tentar realizá-las, pôr em prática o seu desejo de construção e/ou transformação que é a objetivação. Estas conexões são chamadas ontológicas, que são próprias do trabalho, segundo Lessa:

1) A ação e seu resultado são sempre projetados na consciência *antes* de serem construídos na prática; 2) esta capacidade de idealizar (isto é, construir na ideia) antes de objetivar (isto é, construir objetivamente) que possibilita a escolha entre as alternativas de cada situação e; 3) escolha feita, inicia-se a objetivação, que é sempre uma transformação da realidade; por isso toda objetivação produz uma nova situação, pois a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada) (LESSA, 2000, p. 8- 9, grifo do autor).

No entanto, como deixa bem claro o autor acima, a subjativação não surge do nada, ela é construída historicamente, é fundamentada materialmente “é sempre uma reposta a uma dada necessidade que surge em uma situação determinada” (LESSA, 2000, p. 9). Vale retomar o papel do trabalho na construção social e produção de riquezas materiais para entender que ao final de cada objetivação tanto o homem, quanto a sua realidade passaram por alguma transformação e por este motivo as ideações são reflexos de outras situações passadas.

Para apresentar a importância do trabalho, como categoria, da mesma forma que como processo histórico, é pertinente que se faça a apresentação também pela ótica de outra corrente de pensamento, em grande parte contrária à marxista, com uma perspectiva diferente em relação ao funcionamento do sistema econômico capitalista, mas que convergem quando identificam que o trabalho é inerente à produção de riquezas materiais e valores, portanto para a sobrevivência humana.

Uma destas óticas que veem no trabalho a importância na produção de valores e riquezas materiais é a de Adam Smith, teórico da corrente de pensamento liberal. Além

disso, observou que pode haver um aumento produtivo pela divisão técnica no processo produtivo, em etapas e funções para cada trabalhador. Isto é justamente o que ocorre na sociedade moderna, o processo de divisão manufatureira do trabalho, em que cada indivíduo ou setor atua produzindo determinada coisa para que haja a possibilidade de produção de outro bem ou serviço. Este movimento permite maior oferta dos bens necessários aos homens pelo aumento da produção alcançada pela expansão das forças produtivas e suas capacidades. É com esta base que Smith argumenta:

A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos parece haver-se efetuado em decorrência dessa vantagem. Essa diferenciação, aliás, geralmente atinge o máximo nos países que se caracterizam pelo mais alto grau da evolução, no tocante ao trabalho e aprimoramento; o que, em uma sociedade em estágio primitivo, é o trabalho de uma única pessoa, é o de várias em uma sociedade mais evoluída (SMITH, 1988, p. 66).

Dando ênfase à questão discutida acima por Smith, David Ricardo, outro teórico da escola liberal do pensamento econômico, também vê o trabalho como fator indispensável na produção material de riquezas. Ricardo assume tal postura ao identificar que sempre existiu a dependência do ser humano em relação ao trabalho, tanto próprio quanto de outro, para adquirir as coisas que não foram possíveis adquirir, seja pelas indisponibilidades naturais de recursos, seja pela escassez de tempo para produzir. Abaixo pode ser observado o pensamento deste teórico liberal clássico em relação ao trabalho e o valor dos produtos:

Nas etapas primitivas da sociedade, o valor de troca de tais mercadorias, ou a regra que determina que quantidade de uma deve ser dada em troca de outra, depende quase exclusivamente da quantidade comparativa de trabalho empregada em cada uma (RICARDO, 1982, p.44).

Este processo demonstrado acima pode ser entendido como a existência de um ato implicitamente colaborativo, que a partir do momento que se dedicam à produção de algo que lhe é mais prático ou vantajoso produzir (trabalhar), como diz o próprio Smith, outros indivíduos, empresas ou instituições vão se dedicar à oferta de algo que a sociedade necessita. Neste sentido, os interesses destes envolvidos no mesmo processo convergem. Cada um procurará ofertar algo que não é ainda ofertado ou possui oferta em pequena quantidade.

Como explica Lessa, o trabalho é fundante do ser humano e da sociedade, é também gerador das riquezas materiais, ou seja, a base da produção capitalista, como também identificaram Smith e Ricardo (sobre a produção de valores). Desta forma compreende-se que a interação entre o homem e a natureza através do trabalho é que produz as transformações no próprio homem e conseqüentemente na sua sociedade, assim estas transformações são determinadas pelo modo de produção. Conforme as forças produtivas foram se desenvolvendo guiadas pela dinâmica capitalista a sociedade também se alterou, pois modificou a forma de produção.

1.2 Processo histórico-material do trabalho

Após o período em que o homem vivia socialmente em bandos e deixou de ser coletor de alimentos ocorreu a primeira revolução. Esta se deu a partir da descoberta da semente e da domesticação de animais. A partir deste momento houve a possibilidade de acumulação de riquezas, pois a coleta produzia quantidades que cobriam apenas as necessidades de consumo momentâneo. Por isso, o homem era nômade e migrava em busca de novas fontes de subsistência, visto que, por um determinado tempo e local, a quantidade de comida para um bando tornava-se escassa.

Como havia pouca comida, na maioria das vezes, passavam fome por estarem sujeitos às condições naturais de temporadas de safra e de migração dos outros grupos de animais, pois ainda não dotavam de conhecimentos e tecnologias que permitisse realizar previsões meteorológicas, por exemplo. Isto impossibilitava a permanência por muito tempo em uma determinada região, já que os nômades andavam em “bandos”. Nas palavras de Lessa:

[...] o estudo da reprodução possui na história das formações sociais um momento decisivo [...]. Com o aparecimento da agricultura e da pecuária, pela primeira vez os homens tiveram a possibilidade de produzir mais do que necessitavam para sobreviver. Pela primeira vez na história humana surgiu um excedente de produção e, com ele a possibilidade de acumulação de riquezas. Ou seja, passou a ser economicamente vantajoso explorar outro indivíduo. Este é o fundamento material da origem da exploração do homem pelo o homem (LESSA, 2000, p. 14-15).

A possibilidade de acumulação de riquezas e a exploração do homem pelo homem levou ao surgimento das classes sociais. No processo de reprodução social há várias fases distintas. Desde quando foi possível acumular riqueza, com a descoberta da semente e da domesticação de animais, houve também a possibilidade de exploração do homem pelo homem. No decorrer do processo histórico do desenvolvimento das forças produtivas, existiram diversas etapas que se caracterizavam essencialmente por um meio diferente de acumulação de riquezas. E cada uma delas introduziu novas relações sociais.

Seguindo a discussão de Lessa (2000), as primeiras sociedades a se utilizarem da exploração humana foram as escravistas e as asiáticas, mas como é na escravista que o capitalismo tem suas origens, então serão apresentados alguns traços importantes desta sociedade para a complementação do estudo, como seu modo de produção e acumulação de riquezas.

As principais sociedades escravistas que existiram no ocidente foram a grega e a romana que, por sua vez, são as que deram as bases para a construção do mundo ocidental. Seus costumes, crenças, religiões, conceitos políticos, inclusive o de democracia, são oriundos destas sociedades. Após ser conquistada pelos romanos muito da cultura grega foi anexado às tradições dos conquistadores, legando ao futuro o que iria se transformar nas bases da civilização ocidental.

Dentre as principais heranças greco-romanas podem ser destacadas a arquitetura, a medicina, matemática, geometria, filosofia e principalmente o direito civil baseado no “Corpus Juris Civilis” código de leis criado no império romano, como expõe Mello Filho: “Com a queda do Império Romano do Ocidente, Justiniano, imperador no oriente, realizou o *Corpus Juris Civilis*, que serviu de base para o Direito Ocidental (MELLO F. 2003, p. 1). Hirata (2010) também deixa claro a influência romana no código de leis ocidental: “[...] o nosso direito privado, mais especificamente o direito civil, [...] assim como de grande parte dos códigos civis ocidentais, são originárias no direito romano (HIRATA, 2010, p. 1).

A segregação social já era marcante nas sociedades escravistas, pois eram bastante extensas as diferenças entre as classes existentes. Lessa (2000) descreve que neste modelo a produção ficava completamente nas mãos das classes abastadas (como hoje), por isso aos escravos não interessava aumentar a produção. Por esta razão, no escravismo o desenvolvimento de técnicas e aperfeiçoamento produtivo foi muito lento e pouco

expressivo. Este era o principal motivo de sempre existir a necessidade de conquistar novos povos para serem escravizados e aumentarem o excedente produtivo.

Com o passar do tempo essa forma de sociedade se tornou insustentável. Lessa (2000) aponta que a quantidade de escravos para cada senhor em Roma chegou a setecentos. Se houvesse uma rebelião seria impossível de se controlar. No intuito de reprimir qualquer forma de revolta contra o sistema foi criado o Estado, sendo este “o complexo social composto pelo o funcionalismo público, pelo exército e pelo direito” (LESSA, 2000, p. 16).

Mesmo assim o Estado não conseguiu lidar com as contradições sociais e chegou o momento que não pôde mais se manter e evitar o seu colapso. Havia muitos escravos e isso necessitava de maior repressão do aparelho estatal, aumentando os gastos públicos. Estava cada vez mais difícil arrecadar impostos, que se elevaram muito por conta dos gastos governamentais e porque os senhores de escravos já não tinham mais como pagá-los. Com as revoltas e invasões inevitáveis o comércio já não conseguia fornecer subsídios para manutenção do exército e do funcionalismo público, o que fortalecia a crise do império romano (LESSA, 2000).

Ainda segundo o mesmo autor, as contradições e antagonismos oriundos do escravismo geraram sua própria destruição que o fez dar lugar a uma nova forma de organização produtiva e social, o feudalismo. Como afirma o autor citado anteriormente, não houve uma classe revolucionária para liderar a transição da velha sociedade para uma nova. Os escravos não tinham “consciência histórica”, o que levou também esse novo modelo econômico-social a ter diferentes formas conforme cada lugar.

Com a decadência do modelo escravista ocorre a passagem para outra forma de sociedade denominada feudal. A principal característica deste sistema era a extração do excedente produtivo em unidades autossuficientes e agrárias que também serviam de proteção militar. Havia duas principais classes sociais, os servos e os senhores feudais, o primeiro estava diretamente ligado à terra e o outro ao feudo.

Diferentemente do escravismo, no modo de produção feudal o servo era dono de parte do que produzia, ainda que a maior parte ficasse para o dono do feudo. Esta forma de organização e divisão do produto permitia que os camponeses se interessassem por aumentar a produção, pois cada fração aumentada para o feudo correspondia a uma maior quantidade para si. Deste modo, pode-se dizer que as condições de trabalho no sistema feudal eram superiores às da etapa anterior. Porque também permitiu o desenvolvimento de ferramentas,

cultivo do solo, organização do trabalho coletivo e técnicas que permitiam produzir de forma mais acelerada.

Essas mudanças permitiram a produção aumentar significativamente e os camponeses a se alimentarem melhor, já que parte da produção lhes pertencia, permitindo melhoria na alimentação e o aumento populacional. Após um longo tempo este sistema também encontrou seu gargalo, pois não havia mais condições de abrigar tantas pessoas no feudo, já que havia mais servos do que o feudo comportava.

Com o intuito de evitar problemas internos aos feudos como inchaço populacional e “escassez” de terras para tantos outros novos habitantes, os senhores feudais “violaram os costumes”. Observaram-se na condição de expulsar os servos considerados excedentes. Como todos que foram expulsos tinham grande quantidade de produto que excedeu de sua produção passaram a comercializar estes bens. Este processo reestimulou a atividade comercial, as cidades passaram a se desenvolver por conta deste evento, assim como o surgimento de duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses (LESSA, 2000).

A burguesia se expandiu entre os séculos XIII e XVII estendendo a atividade comercial por toda a Europa. Mais à frente este comércio ultrapassará as fronteiras europeias articulando uma atividade mercantil mundial possibilitada, principalmente pela “descoberta” de uma nova rota marítima para as índias e também das Américas.

Com a expansão do comércio mundial e da capacidade produtiva a Europa experimenta no século XVIII a primeira Revolução Industrial, desencadeada pela Inglaterra. Neste ponto é importante retornar ao que afirma Lessa (2000), pois permite entender o processo pelo o qual a burguesia tornou-se de fato dominante com a Revolução Industrial no século XVIII. Assim, ele explica que:

[...] Com ela a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e se explicitaram as duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado [...]. Se, para um burguês se enriquecer ou se tornar ainda mais rico jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim o fará, e a sociedade aceitará este fato como natural: burro o burguês que deixar de ganhar dinheiro para promover o bem-estar alheio (LESSA, 2000, p. 17).

A partir desse novo modo de produção, diferente dos dois anteriores, as relações entre os homens se transformaram exclusivamente em relações materiais, servindo antes de

qualquer coisa para enriquecimento próprio, como afirma Lessa (2000). É neste individualismo característico burguês, o qual a sociedade atual se impregnou, que são reproduzidas as relações sociais, com elevado grau da prevalência do individual sobre o coletivo e do ter sobre o ser.

É também sob os moldes do padrão social burguês que os trabalhadores são explorados e vistos não mais do que simples mercadorias como qualquer outra, ou seja, as relações sociais seguem as leis do mercado. As conexões ontológicas perdem espaço para a coisificação, tudo se torna bens do mercado, inclusive o próprio homem. Sobre a exploração do trabalhador é importante a constatação de Braverman, que analisa a relação entre trabalhador e patrão, como exposto abaixo:

Só quem for o *senhor do trabalho de outros* confundirá força de trabalho com qualquer outro meio de executar uma tarefa, porque para ele, vapor, cavalo, água ou músculo humano que movem seu moinho são vistos como equivalentes, como “fatores de produção”. Para *indivíduos que empregam o seu próprio trabalho* (ou uma comunidade que faça o mesmo), a diferença entre utilizar a força de trabalho em contraposição a qualquer outra força é uma diferença a que se volta toda “economia”. E do ponto de vista da espécie como um todo, tal diferença é também decisiva, desse que todo o indivíduo é o proprietário de uma porção da força de trabalho total da comunidade, da sociedade e de espécie.

Esta consideração constitui o ponto de partida para a teoria do valor do trabalho, que os economistas burgueses acham poder seguramente desprezar, porque estão interessados não nas relações sociais, mas nas relações dos preços; não no trabalho, mas na produção, não no ponto de vista humano, mas no ponto de vista burguês (BRAVERMAN, 1987, p. 54, grifos do autor).

O valor pago pela força de trabalho é muito menor do que o que o trabalhador realmente necessita para viver em condições mínimas de sobrevivência. Cabe aqui a diferenciação entre força de trabalho e trabalho. A força de trabalho é o que Marx chama de capacidade humana de executar trabalho. Para a humanidade, o trabalho “representa o recurso exclusivo para enfrentar a natureza” (BRAVERMAN, 1987, p. 54). Assim, ele é uma categoria exclusiva do homem e indissociável porque o que promove e induz o trabalho é a consciência.

Mas na sociedade capitalista, o trabalho possui algumas formas particulares. Primeiro, há uma diferença específica: compra e venda da força de trabalho; segundo, é que

para ocorrer este intercâmbio entre comprador e vendedor da força de trabalho são necessárias três condições, as quais são citadas por Braverman a seguir:

Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios dos quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de restrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador que está assim atuando como um capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 54-55).

O processo de trabalho no sistema capitalista começa com um acordo formal realizado sob a forma de contrato entre o dono dos meios de produção e o trabalhador. É aí que são estabelecidas as condições de compra e venda da força de trabalho e as normas para a realização do trabalho. Devido ao processo de acumulação o homem deixou de ter posse sobre os meios produtivos e necessitou vender (alienar) a sua capacidade de realizar trabalho ao capitalista. Este agora é o dono dos meios de produção e comprador da força de trabalho. O proprietário dos meios de produção deseja aumentá-lo, para isto transforma-o em salários que retornarão sob a forma de lucro e servirá para reinvestir e ampliar o capital (BRAVERMAN, 1987).

Observa-se que o processo que antes de qualquer coisa é um ato para criação de valores, se tornou mais forte e preponderante seu uso para a produção e ampliação do lucro. O controle da realização de trabalho que antes estava nas mãos do trabalhador agora passa a ser controlado pelo o capitalista. “[...] o processo de trabalho é dominado e modelado pela acumulação de capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 56).

Mas o capitalista só pode comprar a força de trabalho, a qual é contratada por determinado período. Ele não pode comprar o trabalho porque este é “uma função física e mental inalienável”, (BRAVERMAN, 1987). Como o trabalho é repleto de capacidades que foram desenvolvidas social e culturalmente e que é capaz de realizar inúmeras funções é o alvo da busca do capitalista para adquirir lucro, pois o trabalhador gera uma produção com valor muito maior ao que lhe é pago como salário, de modo que o excedente desta produção será apropriado pelo capitalista, o valor do seu excedente produtivo é inúmeras vezes maior que sua remuneração pelas horas trabalhadas.

Então, dadas as condições sociais e de emprego o capitalista consegue vantagem na barganha porque consegue fixar o trabalhador no trabalho. E como existe mais oferta de força de trabalho do que demanda, o dono dos meios de produção alcança seu objetivo de fixação do homem na promoção da produção capitalista. Nesta relação o trabalhador é submetido a trabalhar mais do que o necessário e receber menos do que o que é produzido. Além de não ficar com nenhuma parte da produção, na maioria das vezes são sujeitados a se “flexibilizarem” no trabalho pelo medo de perder o emprego levando-o a trabalhar de forma precarizada.

Sobre o processo de precarização do trabalho, que também será tratado nesta pesquisa, será discutido o processo pelo qual passou o trabalho, e continua passando, até alcançar o estágio atual, na sociedade capitalista. Como marco para o entendimento do processo de flexibilização do trabalho que se discutirá aqui tem-se o processo de “reestruturação produtiva” iniciado nos anos 1970, que culminada em 1973 com o aumento do preço do petróleo, trouxe muitas transformações (negativas em sua maioria) para o mundo do trabalho, principalmente para os países latino-americanos, intensificando-se a partir dos anos 1990, inclusive no Brasil.

No Brasil o tema da precarização receberá atenção especial porque para entender a economia de Vitória da Conquista é preciso recorrer à sua história econômica, a qual está inserida na história da economia brasileira. E ao fazer este caminho histórico pela economia brasileira inserida no contexto latino-americano dos anos 1990 pode-se compreender como a reestruturação produtiva se desdobrou numa atuação mais rígida do capital sobre o trabalho para reerguer a economia europeia e dos EUA.

Deste modo as políticas neoliberais desenvolvidas, com o intuito de reestruturar o capital promoveram sérias mudanças negativas no mundo do trabalho, as quais serão melhor identificadas quando forem relacionados os anos 1990, que marcam a implantação das políticas neoliberais no Brasil, com os anos 2000, que marcam a entrada de um novo governo representado pela oposição através do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003.

1.3 Flexibilização e precarização do trabalho

O progresso tecnológico trouxe muitas contribuições inclusive para aumentar a produtividade da economia. A questão é que este aumento depende também de custos

produtivos mais baixos e o meio mais rápido e fácil é via diminuição dos gastos com mão de obra. Para isso, a ciência desenvolve tecnologias que substituem o ofício do trabalhador. O dono da força de trabalho agora deverá trabalhar mais que antes, pois cada vez mais máquinas substituem o seu ofício gerando intensificação da jornada de trabalho para os poucos que ficam para operar o maquinário. Sobre isto Harvey diz que:

[...] as novas tecnologias abrem a possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas (HARVEY, 2000, p. 177).

Na busca de inovações para obter em determinado tempo uma vantagem sobre seu(s) concorrentes(s), os capitalistas (ou gestores do capital) tendem a modificar a composição orgânica do seu capital. Substitui gradativamente a força de trabalho (parte do capital variável “V”) por máquinas (parte do capital constante “C”), também conhecido como liofilização. Representada de forma matemática a composição orgânica do capital é, segundo Marx, C/V . À medida que o capital constante substitui o capital variável, mais trabalhadores são desempregados formando o que Marx denominou “Exército Industrial de Reserva²”.

Ainda que exista o setor de serviços empregando mais mão de obra do que outros setores produtivos (como será demonstrado mais à frente) a oferta da força de trabalho acaba por ser muito maior em relação ao número de vagas. Os trabalhadores desempregados ansiosos por ocupação estão dispostos a trabalhar sem muitas exigências de salário, favorecendo o barateamento da mão de obra e o uso de condições precárias de trabalho.

Desta forma, o trabalhador tem vivido cada vez mais encurralado. As empresas aproveitam desta condição para implementarem, com o consentimento e auxílio do Estado, novas formas de atuação no mercado de trabalho. Através de manobras organizadas, as bancadas empresariais, que financiam políticos e influenciam o congresso e a política econômica nacional busca-se reduzir as obrigações empregatícias e legislativas com o trabalhador ao “flexibilizarem” os seus direitos trabalhistas. Em muitos casos, numa das

² O modo de produção capitalista necessita de que parte dos trabalhadores estejam desempregados para garantir o processo de acumulação. Segundo Marx este contingente de trabalhadores desempregados inibe reivindicações dos trabalhadores pela dificuldade em conseguir empregos e favorece a desvalorização da mão de obra.

formas de flexibilização o setor privado tem buscado terceirizar suas atividades, seja em etapas ou por completo.

A partir da década de 1970 o capital buscou reestruturar-se devido a ineficiência demonstrada pelo modelo tradicional fordista³ para atender aos novos padrões de produção e acumulação que o capital passou a demandar. O padrão fordista já não dava mais conta da realidade e da necessidade de expansão contínua dos mercados os quais depende o capitalismo. Isto levou a necessidade de substituição desta estrutura saturada para outra que permitisse realizar tais necessidades. Esta reestruturação determinou as principais características do novo padrão de acumulação, o flexível, como esclarece Harvey:

A acumulação flexível, [...], é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2000, p. 140, grifo do autor).

Cabe observar com atenção se tais mudanças realmente definem um novo sistema de acumulação capaz de controlar as inconsistências inerentes do capitalismo ou se elas se caracterizam mais como uma medida paliativa até que necessite de mais uma reforma na próxima crise. Este questionamento é válido porque nota-se certo afastamento e ao mesmo tempo manutenção destes traços. De acordo com Druck, isso ocorre a partir da década de 1990, justamente quando há crescimento e desenvolvimento de forma intensa e globalizada “os processos de reestruturação produtiva e de aplicação de políticas de cunho neoliberal” (DRUCK, 2002, p. 10).

Estas novas formas organizacionais tiveram inspirações no toyotismo, modelo japonês de organização do trabalho baseado no uso de trabalhadores e máquinas, ambos multifuncionais, pelos quais busca-se, dentre outros, reduzir custos de estocagem ao produzir apenas o que é necessário para um momento específico. Esta forma de produzir

³ Baseado na divisão técnica do trabalho, na produção e no consumo em massa, tem na divisão técnica do trabalho em que cada trabalhador realiza uma única função obedecendo o tempo cronometrado, as bases da acumulação capitalista, aumentando-se o nível de exploração do trabalhador ao intensificar a sua jornada de trabalho. O problema desse sistema foi a necessidade de consumo em massa e a sustentação da ideia de maior acumulação de estoque.

ficou conhecida como “just in time”. Tais políticas tinham como metas responder à crise do fordismo. Para isto foram implementados novos padrões de organização e gestão do trabalho e do Estado fundamentados na flexibilização trabalhista (DRUCK, 2002).

Assim, também tem-se o desenvolvimento do capital financeiro proporcionado pela reestruturação produtiva contribuindo para a flexibilização do trabalho. Isto demonstra que o capital também se modifica, como toda sua estrutura, para atender às suas novas necessidades que vão surgindo sempre que a economia começa a apresentar comportamentos que sejam desfavoráveis ao seu processo de acumulação e reprodução. Nas palavras de Druck:

[...] A crescente flexibilidade do trabalho em todo o mundo capitalista, evidenciada na subcontratação (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado – práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho – constituem formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e de descentralização geográfica das fábricas. Essas práticas representam novas necessidades do sistema, num contexto de hegemonia da lógica financeira, que exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos menos rígidos e cada vez mais flexíveis, estimulados por investimentos e resultados de curto prazo (DRUCK, 2002, p.12-13).

Para certos autores, como Antunes (apud DRUCK, 2002), o capital passa por uma crise estrutural e tenta respondê-la baseando-se na “acumulação flexível” de cunho toyotista que se reflete em elevadíssimo grau de intensificação do trabalho. O mesmo autor fala que a acumulação flexível baseada no novo modelo de gestão do trabalho (toyotista) pregam mais envolvimento e participação do trabalhador, mas na verdade esta é uma “participação manipulatória” que mantém na sua essência “as condições do trabalho alienado e estranhado” e ao mesmo tempo aprofundam o nível de alienação dos que trabalham em condições precárias, da mesma forma os que não estão inseridos no mercado de trabalho e os que têm incertezas quanto a sua inserção (ANTUNES apud DRUCK, p. 13).

Enquanto os trabalhadores convivem com o dever de maior interação e participação nas operações da empresa, eles também convivem com a instabilidade empregatícia e o sucateamento do trabalho. Esta insegurança o leva a aceitar condições indesejadas no

exercício da sua função. É nesta oportunidade que o capitalista aproveita para tirar o máximo de mais-valia⁴ possível para aumentar seus rendimentos.

O sistema cria problemas para o trabalhador, por conta de suas próprias falhas intrínsecas de autossustentação. Ao impor condições que se o detentor da força de trabalho não estiver “disposto” a enfrentá-las, o mesmo poderá ser facilmente substituído e possivelmente com custos salariais mais baixos ou para trabalhar mais, como afirma Marx (1983), pois existe um exército de reservas que mantém o custo com mão de obra e o grau de exploração sempre conforme os interesses capitalistas.

A precarização (flexibilização) acontece porque a empresa sempre vai buscar reduzir custos (maximizar lucro) e para isso ela vai atuar sobre o capital variável que é a força de trabalho, pois sobre o capital fixo isso só é possível com o desenvolvimento de novas tecnologias e assim substitui-se capital fixo por fixo apenas modificando a tecnologia e o preço a ser pago pela mesma. Sendo assim, o objetivo é substituir cada vez mais trabalho trabalhador por máquinas.

A precarização também acontece toda vez que alguma empresa ou setor entender que é mais barato contratar um serviço do que ela mesma realizar, em outros termos ela vai terceirizar e assumir um contrato de prestação de serviços. Levando em conta que cada vez mais trabalhadores são substituídos por maquinário e que a oferta de emprego se torna cada vez menor que a força de trabalho disponível impondo ao trabalhador a não condição de não ter o que escolher na maioria dos casos. Por isso sujeitam-se às mais adversas possibilidades de obter renda. Sob o sistema de emprego terceirizado os empregadores podem impor maior carga de trabalho, intensificando e precarizando. Assim, paga-se menos pelos serviços e se reduz as obrigações trabalhistas.

Para reforçar a descrição desse processo, Druck (2002) também recorre a Hirata e Prêteceille, pois estes apontam que esta fragilidade e insegurança acerca do emprego levam ao distanciamento, por parte dos trabalhadores, das lutas coletivas e sindicais. Estes autores ainda apontam os grupos que mais são afetados pela flexibilização e precarização: mulheres, jovens, idosos e imigrantes. Todos com a mesma capacidade, ou muito próximos disso, mas como o grau de necessidade de trabalho em cada um destes indivíduos é maior por conta da própria condição do sistema do jovem conseguir seu primeiro emprego, do idoso ser

⁴ Conceito desenvolvido por Karl Marx para designar parte da força de trabalho utilizada na produção que não é repassado pelo patrão para o trabalhador, revertendo-se em lucro para o capitalista.

considerado inapto, a mulher por conta do preconceito, a oferta de trabalhos precários para estes grupos acaba sendo a única opção (HIRATA; PRÊTECEILLE. apud DRUCK, 2002).

Assim, a flexibilização capitalista passa a disseminar a ideia de uma condição ao trabalhador de que ele mesmo deve ser o responsável pelo seu sucesso/sobrevivência. O individualismo e o empreendedorismo sustentam-se na flexibilização de modo que a autonomia profissional deve ser responsável pela manutenção da competitividade entre as empresas e entre os trabalhadores. Assim, Machado (apud DRUCK, 2002) afirma que:

[...] trata-se da gestão de uma nova cultura do trabalho, com um forte conteúdo ideológico que busca convencer (ou ‘domesticar’) a todos de que só há um caminho a seguir: a adaptação ao risco e à insegurança, como normas da sociedade flexível (MACHADO apud DRUCK, 2002, p. 16)

Um exemplo de como a flexibilização do trabalho atua no ser humano é demonstrada por Sennett (apud DRUCK, 2002), numa pesquisa realizada no Japão, onde foi desenvolvido o toyotismo:

Nessa “vida flexível”, viver sob riscos, viver sob pressão permanente, num quadro de intensificação e sobrecarga de trabalho, constituem o motivo central do Karoshi - morte súbita por excesso de trabalho no Japão. [...] A reconfiguração das formas de dominação do trabalho, as formas de ocupação, emprego e desemprego, sintetizadas na flexibilização do trabalho mostram - através do tempo dos trabalhadores japoneses - como o capital, nesse contexto de acumulação flexível, ultrapassa os limites da vida humana, colocando em risco a própria existência de homens e mulheres que vivem do trabalho (SENNETT apud DRUCK, 2002, p.16-17).

De acordo com Druck (2002), a centralidade do trabalho está na transformação das relações sociais comprovadas pelas “metamorfozes” as quais passaram e continuam passando o trabalhador e o trabalho. Assim, no capitalismo flexível, as transformações no e do trabalho – e sua flexibilização – estão redefinindo a própria existência humana, cujo principal resultado é a perda de valor e de afetividade nas relações humanas.

Desta forma, o capital se utiliza do trabalho humano que antes era praticado para o homem viver melhor, transformando a natureza e se reproduzindo socialmente. Hoje ele é apenas uma ferramenta usada pelo capital para geração de lucro. Enquanto isso o trabalhador recebe somente um salário, mínimo na maioria das vezes, que não permite ao trabalhador

realizar suas necessidades materiais básicas para um ser humano viver bem. O salário é somente o que lhe sobra da sua produção, se tornando sua única forma de subsistência.

O processo de precarização do trabalho leva o homem ao processo de estagnação da sua capacidade de reprodução enquanto ser social, pois atua na consciência e dá ao ser humano unicamente a condição de reprodutor do que lhe é pago para reproduzir. Dessa forma, o trabalhador se torna limitado e não ter condições de criar e recriar novas situações e novas realidades. Nesse processo acontece a “bestificação” do homem, limitando-o a realizar apenas trabalho e consumo.

O homem “bestificado” é aquele que ao ser designado a realizar exclusivamente uma tarefa, reproduz os comandos com total aceitação das condições dadas, subjugado aos interesses do patrão. Abaixo está a descrição das características do trabalhador “exemplar” que o capitalismo deseja e produz:

[...] Ora, o único homem em oito capaz desse serviço não era em sentido algum superior aos demais que trabalhavam na turma. Aconteceu apenas que ele era do tipo do boi – espécimen que não é tão raro na humanidade, nem tão difícil de encontrar que seja demasiado caro. Pelo contrário, era um homem tão imbecil que não se prestava à maioria dos tipos de trabalho. A seleção do homem, pois não implica encontrar algum indivíduo extraordinário, mas simplesmente apanhar um entre os tipos comuns que são especialmente apropriados para este tipo de trabalho [...] (BRAVERMAN, 1987, p. 99).

Até o momento é possível compreender o percurso e transformações pelas quais a categoria trabalho passou, assim como se apresentou em determinadas etapas no desenrolar das forças produtivas, paralelamente com a sociedade, desde a origem do trabalho quando o resultado deste pertencia ao próprio realizador, passando pelo sistema escravista de produção até o capitalismo, quando a produção passa a pertencer ao comprador da força de trabalho, levando a alienação e ao trabalho precário.

Tendo como objetivo expor os pressupostos teóricos de análise do trabalho e suas formas de manifestação ao longo do desenvolvimento do capitalismo, passamos a diante para o estudo e apresentação do processo de flexibilização do trabalho no Brasil e mais à frente se buscará compreender e demonstrar o comportamento do mercado de trabalho de Vitória da Conquista perante as variações na sua economia.

2. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

2.1. Formação do mercado de trabalho brasileiro

Para o entendimento da formação do mercado de trabalho brasileiro formalizado, assalariado, é importante observar o processo histórico do seu surgimento que tem suas raízes no seu período colonial com a exploração do trabalho de índios nativos e posteriormente de negros africanos escravizados. Desta forma, cada fase que o país se inseria, as formas de utilização da força de trabalho também eram alteradas. Detalhes mais aprofundados não serão abordados por não fazerem parte do foco desta pesquisa. Mas, faz-se necessário abordá-lo para facilitar a visualização do quadro do mercado de trabalho brasileiro a partir da sua formação.

A história do Brasil como relata Caio Prado Jr. (2008), relata que a primeira mão de obra a operar nestas terras foi a dos indígenas locais, inicialmente com a extração do pau-brasil e depois na lavoura de cana-de-açúcar. Estes nativos não se adaptaram e resistiram à forma de trabalho imposta pelos portugueses, inclusive travando conflitos, tornando inviável a sua manutenção como fonte de trabalho para a colônia. Para solucionar este problema foram trazidos negros da África. Tais indivíduos foram colocados na condição de escravos para trabalharem em diversas colônias europeias, inclusive no Brasil. Esta forma de trabalho perdurou até maio de 1888 de acordo com o autor.

Furtado (1984) também chama a atenção para alguns fatores que contribuíram para a independência política do Brasil em relação a Portugal e que deram margem para outras transformações, como a abolição da escravatura. A partir daí, o país é levado pelas circunstâncias conjunturais a modificar a economia e logicamente o emprego da sua mão de obra. Um fator que colaborou significativamente com estas mudanças foi que os ingleses estavam na sua primeira revolução industrial e necessitavam ampliar seu mercado e combater a concorrência. Assim, viam na independência política brasileira e das outras possíveis ex-colônias um imenso mercado consumidor para seus produtos.

Para ampliar a noção sobre a importância da independência política do Brasil e do fim da escravidão para a economia mundial e principalmente inglesa toma-se como referência Prado Jr. (2008). O mesmo destaca que a independência relaciona-se fortemente com dois fatores importantíssimos para a economia inglesa O primeiro é político, pois a

escravidão seria estruturalmente contraditória para uma nação recentemente liberta do regime colonial, ainda mais quando se trata da necessidade de organização de um Estado autônomo. O outro fator atrela-se principalmente aos interesses econômicos da aristocracia inglesa. Era de grande desejo e necessidade desta classe que no Brasil não se utilizasse mais mão de obra escrava. Por isso foram tomadas as devidas providências para exterminar o tráfico de africanos utilizando-se para este fim, a diplomacia, e na maioria das vezes, a intimidação pelo poderio bélico.

Para compreender o real interesse dos ingleses em eliminar a escravidão vemos o exemplo da estratégia inglesa. O tecido inglês poderia ser consumido por negros libertos, já que poderiam ser assalariados e livres para consumir com base nos rendimentos oriundos da venda da sua força de trabalho. Por outro lado, o açúcar nacional deixaria de fazer concorrência com o açúcar inglês das Antilhas. Furtado (1984) mostra que existiam alguns aspectos majoritariamente econômicos que levaram a coroa inglesa a defender o fim da escravidão no Brasil, entre eles, procurava defender os interesses antilhanos, entendendo serem os escravos brasileiros a causa da redução do preço do açúcar. Segundo Furtado:

O tratado de comércio de 1810, [...] constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios. Por outro lado os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências antilhanas (FURTADO, 1984, p. 95).

Ainda segundo as ideias do mesmo autor, em vista dos danos que os acordos e tratados assinados entre o Brasil e a Inglaterra, como a tarifa *advaloren* de 15% quando a economia externa perdeu seu dinamismo, vieram a trazer sérios problemas financeiros para o governo brasileiro, causando fúria dos grandes ruralistas nacionais. Com a economia externa enfraquecida o governo perdia grande parte das suas receitas básicas. O imposto sobre as importações e os atritos entre o capital nacional e o inglês, fizeram com que a economia brasileira fosse gradativamente enfraquecida. Disso resultou que o açúcar foi perdendo seu preço por conta da mão de obra escrava ter sido proibida, tornando nítida a necessidade da força de trabalho para a economia, mais especificamente a escrava.

Com estes e outros entraves à continuidade do sistema produtivo brasileiro vigente na época, preservou-se o modelo econômico colonial de produção e exportação agrícola,

mesmo após o fim da colonização portuguesa. Para complementar as informações apresentadas por Furtado retoma-se a Prado Jr (2008), para destacar que a classe dominante, representada pelos proprietários rurais, não teve mais condições de manter o mesmo modo e a pauta de produção, ainda mais que as diferenças produzidas pelo sistema com muito das características de colônia, já não condiziam com a realidade de um país que acabava de se tornar sede da monarquia portuguesa. Assim destaca-se que:

Não foi difícil compreender que o sistema até então seguido [...] se convinha a uma simples colônia destinada a fornecer gêneros tropicais ao comércio da metrópole, já não se enquadrava evidentemente nas exigências de uma nação. [...] Não lhes foi difícil compreender a necessidade de reformas (PRADO JR., 2008, p. 184).

Mesmo ocorrendo as mudanças que o novo momento exigiu, para o país desvincular-se do sistema colonial e adquirir autonomia adequando-se às exigências do comércio internacional, a independência política e o fim da escravatura não foram capazes de promover grandes mudanças. Ao contrário, como afirma Furtado (1984), o que se verificou aqui foi um país formado por um “[...] aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si” que dentre outros problemas, não fornecia segurança para a sede do trono português (1984, p. 185).

Além disso, o Brasil ainda necessitava reconstituir suas forças armadas devido às circunstâncias da tomada do território luso pelos franceses que colocavam em risco os outros domínios lusitanos, inclusive a própria soberania estava à mercê da guarda britânica. Estas seriam as primeiras coisas a serem resolvidas para restabelecer a “soberania” e “personalidade internacional”.

Estas situações, dentre outras semelhantes, foram determinantes para a construção de uma nova política de povoamento justamente por se tornarem indispensáveis para a nação que buscava desenvolver-se, tanto econômica quanto politicamente. Porque mesmo sob a tutela dos ingleses, à sede da coroa lusitana, instalada na ex-colônia, não era mais coerente manter-se dependente (da proteção militar inglesa) e com aspectos rudes que caracterizavam ainda uma colônia.

Para desvincular-se desta condição subordinada à Inglaterra e alcançar o almejado desenvolvimento era preciso assegurar o território protegendo as fronteiras e desenvolver internamente um mercado de trabalho formal, esta era a meta a ser cumprida. Para isto foi

adotada uma política de povoamento por meio da atração de imigrantes europeus que vieram também para trabalhar na produção de café, que já se tornara o condutor da economia brasileira daquela época. Fazendo uso das palavras de Prado Jr.: “[...] foi o caso de alguns setores fronteiriços da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola” (PRADO JR., 2008, p. 183).

No entanto, a ideia que se tinha sobre o desenvolvimento era incompleta ao negligenciar os aspectos sociais que contribuem para o progresso de uma nação. É sobre a noção de desenvolvimento que Pochmann (2008) destaca ser primordial entender que o desenvolvimento deve ser para além do aspecto puramente econômico, aqui também relacionado às questões políticas, alcançando as noções de homogeneidade e autonomia da nação. Para ele:

Enquanto a homogeneidade tende a se relacionar à estrutura social (dominação e conflitos inerentes à estratificação social), a autonomia vincula-se ao padrão de regulação entre segmentos e organizações privadas e públicas (POCHMANN, 2008, p. 50).

Após a escravatura algumas transformações ocorreram inevitavelmente. Uma delas foi o surgimento de uma massa de ex-escravos desempregados que acabou servindo para compor o exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Outro fato de importantíssimo valor para a economia brasileira foi o café, que se tornou o principal produto de exportação já na década de 1930. O ciclo do café que se concentrou na região de Campinas-SP, que com o declínio da cana-de-açúcar no Nordeste e da extração do látex no Norte, passou a absorver grande parte da mão de obra escrava que estava inutilizada nestas regiões.

O café também desempenhou um importante papel para a vinda de considerável número de trabalhadores imigrantes europeus, de asiáticos em alguns casos, que desembarcaram aqui (PRADO JR., 2008, p. 179). No entanto, a vinda dos imigrantes significou perdas para o trabalhador, pois ao aumentar a oferta de mão de obra, levou a um barateamento desta, levando o trabalhador a se submeter a condições precárias de trabalho. Com a independência política e o fim da escravidão, juntamente com a conjuntura econômica internacional, o país foi levado a se remodelar e pensar um novo caminho para seguir e se consolidar como nação.

No entanto, Pochmann (2008) chama a atenção para outro fator que dificultou a formação do mercado de trabalho do Brasil. Segundo ele, este mercado teve dificuldades para se formar devido os problemas estruturais remanescentes do período colonial. Ele destaca que a situação local não favorecia esta formação porque o que se tinha até então não contribuía da forma necessária para o desenvolvimento do país de uma maneira geral. Era um conjunto de regiões desarticuladas entre si que “[...] funcionavam com baixa relação mercantil interna” impossibilitando, inclusive, a formação de um mercado de trabalho local, (POCHMANN, 2008, p. 50).

Sobre a questão da desarticulação regional, característica da formação do Brasil, Pochmann também relata que ocorreram impactos negativos para o desenvolvimento nacional, pelo motivo de estar preso à questão do “localismo” e a ciclos econômicos específicos, associados a cada localidade voltados a atender às exportações

Assim, esta segregação acabava por promover os agrupamentos regionais desarticulados e com baixa dinâmica interna. Por sua vez, havia um processo cumulativo que dava subsídios para aprofundar a divisão do trabalho na colônia com cada região ocupando-se em uma determinada atividade econômica, sendo cada vez mais dependente do movimento do mercado externo e da produção de monoculturas em latifúndios que utilizavam trabalho forçado. Desta forma, havia que:

[...] as variadas ocupações e produções se moviam na forma de enclaves determinados exogenamente, sem maiores conexões internas, cujas vantagens de ineficiência não se reproduziam para a economia nacional: além de representarem o contrário do desenvolvimento autônomo, aprofundavam a heterogeneidade estrutural. Em virtude disso, o processo de integração nacional era débil [...] e sem funcionamento, até mesmo, do mercado de trabalho (POCHMANN, 2008, p. 51).

O trabalho forçado no Brasil, foi um fator que contribuía para manter a unidade política deste país, devido principalmente ao fato de ter sido a elite agrária quem passou a orientar a política nacional após a independência, assim, o Estado, atuou na manutenção do sistema que favorecia a classe dominante. O mesmo autor ainda diz que essa unidade não produzia integração, mas somente maior heterogeneidade (estratificação social), tão necessária para o desenvolvimento político e econômico dos setores hegemônicos

associados à exportação de produtos primários que eram os maiores dependentes e beneficiados pelo trabalho escravo, ou seja, à oligarquia latifundiária.

A escravidão era tão importante para a unidade política e territorial brasileira que quando foi decretado o fim do trabalho escravo, logo houve o rompimento da elite oligárquica com a monarquia nacional. E assim, conforme mudanças ocorriam nos rumos e nas expectativas da economia, o mercado de trabalho também sofria alterações para atender as novas conjunturas que surgiam, como mudanças nas relações trabalhistas e no sistema produtivo. Sobre esta última questão, ficará mais evidente quando for dado maior atenção ao assunto mais adiante.

Como Pochmann (2008) descreve, o país sai do regime imperial para dar lugar à república, proclamada em 15 de novembro de 1889. No início desta nova etapa da história brasileira inexistia um partido de representação nacional. O país encontrava-se sem organização política e econômica de modo que prevaleciam os interesses das oligarquias agrárias. Tais interesses tinham como regra básica para a manutenção da dominação, a oposição a qualquer intervenção do governo nos poderes locais.

Com plena autonomia estes grupos fizeram prevalecer o liberalismo patrocinado pelas elites de São Paulo e Minas Gerais (conhecido como política do café com leite). O resultado principal disso, conforme os desejos da classe dominante, foi a continuidade das diferenças regionais como forma de garantir a unidade do território nacional. Porém, com a crise de 1929 o modelo primário-exportador entrou em decadência, pondo fim às leis de dominação oriundas da oligarquia local. Nesse momento o Brasil era um dos maiores exportadores mundiais de café e este era o nosso principal produto de exportação, como mencionado por Prado Jr. anteriormente.

A chamada Revolução de 1930 protagonizada pela “Aliança Liberal”, que também agregou outros grupos que desejavam reformas políticas, econômicas e sociais, acabou por construir uma alternativa para o desenvolvimento, que fosse menos dependente da economia externa, mas associado ao progresso da economia interna (POCHMANN, 2008). Esta nova forma do controle estatal permitiu, através da centralização do poder nas mãos do Estado, o fortalecimento da regulação e controle econômico, além de permitir ao governo federal contribuir com a rápida integração nacional favorecida pelo projeto de industrialização e urbanização. Sobre a estruturação do Estado e seu papel na dinamização da economia interna notou-se que:

De 1930 a 1970, por exemplo, o país destacou-se pela estruturação do Estado e pela difusão de políticas públicas fundamentais para o fortalecimento do seu mercado interno (POCHMANN, 2008, p. 53).

Esta estruturação trouxe modificações significativas para a estrutura econômica do país, promovendo alterações substanciais sobre o mercado de trabalho local, visto que esse projeto de desenvolvimento pautado na industrialização e na urbanização visava o fortalecimento da economia interna. Com a economia interna mais fortalecida o mercado de trabalho foi aos poucos se consolidando. Pochmann descreve sobre o projeto de industrialização da seguinte forma:

Com a adoção do projeto de industrialização e urbanização, o território nacional – marcado até então por verdadeiras manchas regionais de expansão econômica e social – passou a ser rapidamente integrado, como crescentes apoios políticos e sociais do governo federal (POCHMANN, 2008, p. 52).

Cronologicamente, outras leis e rotinas passaram a configurar a nova realidade sociopolítica e econômica brasileira, necessários ao desenvolvimento que se tinha noção na época. Destaca-se que no ano de 1943 se instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho, a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do Trabalho e ao Direito Processual do Trabalho.

Na trajetória da formação do mercado de trabalho brasileiro podem ser destacados dois momentos significativos e divergentes. Pochmann (2008) apresenta que entre as décadas de 1930 e 1980 o país destacou-se pela estruturação incompleta do mercado de trabalho, enquanto que a partir dos anos 1980 ocorreu o processo inverso de desestruturação deste mercado. Esta desestruturação é caracterizada da seguinte forma:

Predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais, ocupações estas representadas pelo emprego assalariado regular e regularizado (POCHMANN, 2008, p. 60).

Então, foi somente de 1930 a 1980 que de fato se consolidou um mercado de trabalho formal, regulamentado, inclusive organizado em torno do assalariamento e de

outros segmentos organizados. Este fator foi decisivo para a expansão do acesso de partes da população economicamente ativa (PEA)⁵ inserida no trabalho amparado pelas leis trabalhistas na época. Tal fato desencadeou a diminuição das ocupações não organizacionais, o que fez com que aumentasse a expectativa de acesso ao mercado formal de trabalho⁶. Os dados da PEA apresentados por Pochmann (2008), apontam que a quantidade destes precarizados (sem carteira assinada) reduziu de 55,7 % da PEA, em 1940, para 34,1 %, em 1980.

Outros dados apresentados pelo mesmo autor apontam para a evolução do número de empregos formais gerados, no período referido acima, em relação ao crescimento da população economicamente ativa (PEA). Apontam que para uma taxa de crescimento percentual da PEA de 2,6% houve aumento de 6,2% entre 1940 e 1980, ou seja, a quantidade de postos de trabalho formais crescia mais que o dobro da PEA. Pochmann ainda destaca que para cada 100 pessoas que ingressavam no mercado de trabalho 99 conseguiam uma vaga, para cada 10 vagas 8 eram assalariadas, sendo 7 com carteira assinada e 1 sem. De acordo essa análise, houve crescimento significativo tanto do setor secundário quanto do segmento organizado na composição do total das ocupações da economia de 1940 a 1980. Nas palavras do próprio autor:

[...] pode-se identificar um aumento da participação no total das ocupações da economia do setor secundário (de 30,2% em 1940 para 36,2% em 1980), como dos segmentos organizados (de 61,6% para 70,5% no mesmo período). O setor terciário reduziu sua participação no total das ocupações de 69,8% para 63,8%, e o segmento não organizado, de 38,4% para 29,5% entre 1940 e 1980 (POCHMANN, 2008, p. 64).

Neste processo de desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho brasileiro iniciado desde os anos 1930 teve grande importância as políticas macroeconômicas de industrialização que voltaram-se em certa medida para o desenvolvimento do mercado interno. Com a formação de uma indústria mais expressiva o país conseguiu mais autonomia, dependendo menos da economia externa. Desta forma, passou a desenvolver-se internamente e fomentar a criação de um mercado de trabalho formalizado. No entanto, é

⁵ Trata-se da população que está inserida no mercado de trabalho ou que está à procura de alguma atividade remunerada. É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade, classificadas segundo o IBGE.

⁶ Mercado de trabalho regularizado e regulamentado de acordo com as leis trabalhistas, de modo que são considerados regulares apenas os empregos com carteira assinada.

somente a partir de 1956 com o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e o Plano de Metas que a indústria obteve um grande impulso. De 1930 até 1955 a industrialização foi tímida, mas de 1956 a 1961 a industrialização apresentou rápidos avanços completando-se a partir da década de 1970 com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), realizado entre 1974 e 1978, mesmo mantendo a exportação de produtos primários, porém, realizando esforços internos para substituição de produtos importados com maior nível técnico aplicado (POCHMANN, 2008).

Por esse motivo, as políticas macroeconômicas se concentraram na tarefa de industrializar o país. Conforme a economia expandia, novos postos de trabalho surgiam em sua função, favorecidos pelas mesmas políticas, que também, de certa forma, num longo prazo suavizaram as diferenças sociais tão marcantes do período colonial até o início da república, também contribuindo para o projeto de integração. Mas, como Pochmann chama a atenção: “Em grande medida o projeto nacional de desenvolvimento viabilizou-se pela reprodução politicamente forçada da heterogeneidade” (POCHMANN, 2008, p. 53).

O modelo de industrialização e desenvolvimento foi viabilizado pelas desigualdades, concentrando em São Paulo. Esse modelo acabou por canalizar a maior parte dos recursos destinados aos projetos de desenvolvimento. Isto certamente ajuda a compreender porque muitos trabalhadores nordestinos e demais oriundos de outras regiões fizeram um grande fluxo em sentido à Região Sudeste do país, que mais crescia e tendia a oferecer melhores condições e opções de emprego principalmente entre os anos de 1930 e 1962.

Após esse momento, novas políticas foram formuladas para permitir de fato uma integração nacional que obteve maior impulso produtivo a partir do deslocamento das áreas mais industrializadas para outras regiões. Com a contribuição de agências e bancos de desenvolvimento as forças produtivas puderam alcançar as periferias do Brasil, por exemplo, a SUDENE para o Nordeste e a SUDAM para o Amazonas.

Por exemplo, o país apresentou entre os anos de 1930 e 1970 significativos resultados do processo de industrialização e de desconcentração da economia da Região Sudeste. Por meio de políticas públicas direcionadas para o mercado interno com foco industrial, foram instalados centros industriais em diversas partes do país, entre eles o de Vitória da Conquista, que será verificado com mais detalhes adiante. Outros fatores como a expansão da infraestrutura, também contribuiu para a integração nacional e seu

desenvolvimento, da mesma forma que para a expansão e desenvolvimento das forças produtivas e consolidação de um mercado de trabalho formal.

Seguindo essa trajetória o Brasil apresentou resultados importantes no que se refere a descentralização do desenvolvimento, mesmo assim não se desvinculou da (re)produção das desigualdades produtivas e sociais ainda presentes. Como Pochmann (2008) descreve, os avanços das economias periféricas (como o Brasil) ocorreu no mesmo momento em que as economias centrais experimentaram sua fase áurea, mais precisamente no pós-Segunda Guerra, quando os países ricos conviveram com crescimento e estabilidade econômica com redução das desigualdades sociais.

Porém, estas mesmas economias tiveram no fim da década de 1970 momentos que contrastaram com sua época de glória, os anos dourados, como ficou conhecido o período entre a década de 1940 e início da de 1970. A partir daí novas políticas foram projetadas para ajustar as economias dominantes, influenciadas pelo padrão econômico neoliberal. Como o comércio mundial globalizado exige que as nações estejam interligadas comercialmente, a crise dos países economicamente ricos terminou por desencadear problemas para os periféricos como o Brasil.

No entanto, a partir dos anos 1980 o Brasil passa a vivenciar um período que contrasta com a boa fase econômica do momento anterior e passa a ter que lidar com a redução da criação dos postos de emprego e com o aumento do desemprego. Até então, durante o período 1940-1980 o país tinha alcançado resultados significativos. Este processo de decréscimo do número de ocupações geradas, sejam elas formais ou não, identificado por Pochmann como desestruturação do mercado de trabalho é descrito por ele da seguinte forma:

Caracteriza-se pela manifestação do segmento não organizado, cujas principais formas de ocupação são heterogêneas e sobretudo não pertencentes às organizações tipicamente capitalistas, à administração pública e às empresas estatais, geralmente peculiares das nações subdesenvolvidas (POCHMANN, 2008, p. 60).

O fenômeno descrito acima também pode ser compreendido a partir dos argumentos de Cacciamali e Bezerra apud Cacciamali (1999) quando ela salienta que os anos 1980 tiveram início com a recessão econômica originada “dos ajustamentos implementados pela Administração Figueiredo no âmbito da crise da dívida externa” (CACCIAMALI, 1999, p.

4). A mesma ainda destaca que nesse período foi a primeira vez no pós guerra que o mercado de trabalho urbano se ajustou por meio de taxas elevadas de desemprego acompanhadas de aumento de trabalhos assalariados não regulados e os por conta própria⁷. Os desdobramentos de tais estratégias puderam ser vividos nos anos seguintes, como destaca a autora:

A crise financeira do Estado, o ambiente de hiperinflação e as mudanças de regime político, nos anos subsequentes imprimem um elevado grau de instabilidade no desempenho do produto, retraem os investimentos e concentram renda (CACCIAMALI, 1999, p. 4).

Diante do quadro nacional de desajustes econômicos e seus reflexos no campo social, o país sai da década de 1980, que ficou conhecida como a década perdida por se caracterizar “por baixas taxas de crescimento econômico e pela transferência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida externa” o país passa para a chamada “década perversa dos anos 1990” (SABADINI; NAKATANI, 2002 p. 266). É neste último período que, ainda de acordo o autor, marca o retorno do Brasil ao acesso do crédito financeiro internacional e a implantação das políticas liberalizantes, conhecidas como neoliberais, impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O período de ouro da economia brasileira termina coincidindo com os anos de auge das economias ricas apresentando também importantíssimos resultados para o mercado de trabalho nacional, entre as décadas de 1930 e 1980, de modo que esse período caracteriza-se pelo ciclo de industrialização e estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Porém, já na década de 1980 (marcada pela crise da dívida externa) o país abandona o projeto de industrialização e começa a colocar em prática as políticas macroeconômicas neoliberais que são intensificadas na década 1990 com “aumento nas taxas de desemprego e de informalidade, associados a precarização das condições de vida e de trabalho” (SABADINI, 2002, p. 266).

O Brasil inicia os anos 1990 num contexto de abertura comercial e recessão econômica, quando realmente ganham força as ideias liberalizantes determinadas pelo FMI

⁷Entende-se por trabalho assalariado não regulados e autônomos aqueles sem carteira assinada e sem regulação da Consolidação das Leis trabalhistas (CLT) que é a maior norma legislativa brasileira sobre o Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, Porém os por conta própria não fazem parte do grupo dos assalariados.

para colocar o país novamente nos eixos da economia mundial, já que esta carecia se reestruturar. A partir desse momento a nova política adotada trará fortes modificações para a estrutura econômica do país, que puxará junto consigo modificações negativas no quadro social.

Assim, fica para o próximo capítulo a tarefa de observar com mais atenção tais questões, principalmente porque é neste cenário que irá se intensificar o processo de reestruturação produtiva, que entre outros aspectos, impactou significativamente sobre a indústria e a força-de-trabalho promovendo práticas de subcontratação de serviços, assim como maiores níveis de desemprego. Acrescenta-se a isso também, aspectos como “[...] desgaste de todo o aparelho de Estado e das instituições do mercado de trabalho: legislação laboral, seguridade social e sindicatos” (CACCIAMALI, 1999, p. 6).

2.2. Flexibilização do trabalho no Brasil

O processo de flexibilização do trabalho discutido nesta pesquisa é produto do processo conhecido como “reestruturação produtiva”, originado nos países denominados desenvolvidos a partir da década de 1970. A reestruturação se desenvolveu como estratégia para substituição do modelo fordista de produção, o qual se mostrou insuficiente para atender as demandas do capital.

A necessidade de uma nova estratégia levou as nações ricas a buscarem novas formas de produção e padrões de acumulação pautados basicamente em um controle mais ofensivo do capital sobre o trabalho. A reestruturação produtiva, que se desencadeou primeiramente nos países ricos, teve seus primeiros reflexos no Brasil a partir dos anos 1980. Entretanto, foi somente nos anos 1990 no governo Collor que de fato se fez presente com intensificação das determinações da cartilha neoliberal

Esse manual com as determinações neoliberais foi aprovado numa reunião em Washington, capital dos Estados Unidos, em 1989, da qual derivou o nome Consenso de Washington. A reunião foi composta por economistas que representavam determinadas instituições financeiras. Nela foi elaborado um receituário discriminando uma série de exigências a serem cumpridas pelas nações “em desenvolvimento”, as quais apresentavam

dificuldades econômicas, para que estas pudessem promover os ajustes necessários em suas economias e com isso acessarem ao crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com Pochmann (2008) esta receita tem como base as seguintes proposições: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) juros de mercado; 5) câmbio de mercado; 6) abertura comercial, 7) investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições; 8) privatização das estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); e 10) direito à propriedade intelectual. Estas determinações permitem compreender os reais interesses das nações desenvolvidas em elaborar medidas econômicas a serem seguidas pelas nações subdesenvolvidas, ou seja, tornar um ambiente mais favorável possível para o capital estrangeiro se reproduzir com o máximo de lucro e o mínimo de intervenção estatal regulando a economia e, não menos, as relações entre empresa e empregado

Segundo Antunes (2002-2003) os primeiros sinais da reestruturação que surgiram no Brasil na década de 1980 levaram as empresas a adotarem “no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como novas formas de organização social do trabalho”. Nas nações consideradas desenvolvidas, nesse momento já havia o uso da informática na produção, do sistema *just-in-time*, “[...] a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica” (ANTUNES, 2002-2003, p. 3).

Porém, é na década de 1990 que tais transformações se apresentam e tornam-se mais penosas para o trabalhador brasileiro por ser o momento em que se aplicam as determinações da cartilha neoliberal à política econômica do país, surgindo novas formas de “gestão” e organização social do trabalho desfavoráveis ao trabalhador. As novas normas políticas promovem alterações na economia brasileira por meio das orientações da acumulação flexível e outras formas de precarização do trabalho e intensificação da exploração do mesmo, traços característicos do modelo econômico neoliberal. Isto porque na década anterior o país passa por um forte momento de recessão econômica (ANTUNES, 2002-2003). Segundo ele:

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, foram de grande intensidade, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington. Tais mudanças desencadearam uma onda

enorme de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho (ANTUNES, 2012, p.44).

Tais mudanças pareceram se justificar no Brasil, aos olhos dos capitalistas, a partir da crise econômica nos anos 1980. Pode-se dizer que foi ela quem abriu as portas para a introdução das determinações neoliberais, visto que a economia desestabilizada e fragilizada era um obstáculo para a inserção do país na globalização, já que desta forma não atendia às exigências da divisão internacional do trabalho⁸.

Algumas das principais mudanças ocorridas foram o enfraquecimento das leis trabalhistas e de direitos sociais importantíssimos alterados em favor do capital, permitindo o aumento da exploração do trabalhador pela implantação de novas formas de gerir e organizar o trabalho. Da mesma forma o Estado também foi modificado com redução do seu poder administrativo e regulatório. De acordo com Antunes estas transformações no ambiente do trabalho se deram da seguinte forma:

Foi nos anos 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos a acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2002-2003, p.17).

Como já exposto, uma das exigências para ter acesso ao crédito financeiro internacional foi a abertura comercial e a livre entrada e saída de capitais, e assim fez o Brasil nos anos 1990. A aplicação das políticas neoliberais exigiu a criação de estratégias “em torno de uma reestruturação produtiva que passou a adotar medidas de flexibilização nas etapas produtivas” (SABADINI; NAKATANI, 2002, p. 270). Deste modo, logo quando foi colocada em prática a liberalização das importações ocorreu uma queda brusca do emprego industrial, justamente no momento em que havia uma indústria com baixa produtividade e o país sofria com fortes restrições cambiais.

Baltar (2003) destaca que as políticas de cunho neoliberal deram impulso à modernização do sistema produtivo industrial ao ampliar as possibilidades de importação de bens de capital, materiais e componentes mais sofisticados, principalmente para a produção

⁸ Divisão do papel de cada país ou região na produção de bens e serviços, de modo que as nações desenvolvidas ficaram responsáveis pela produção e exportação de tecnologias enquanto os países emergentes se encarregam da produção e exportação de bens industriais e matérias-primas.

de bens de consumo duráveis. Combinada com a ausência do poder público atuando na articulação e apoio à produção local, as importações contribuíram para a desarticulação das cadeias produtivas as quais obtiveram maior avanço tecnológico. Desde os anos 1980 as empresas nacionais já vinham buscando maneiras de reduzir custos, entretanto, em decorrência da abertura comercial e da livre concorrência tornou-se maior o estímulo destas empresas em realizar mudanças administrativas e organizacionais para melhor competir com o capital estrangeiro.

Entre as mudanças destaca-se a terceirização. Certas atividades que antes eram realizadas no interior da própria empresa passaram a ser realizadas por outras empresas, as terceirizadas. Assim, aconteceu que em vez de a empresa fazer contratos de trabalho com os empregados, passou a realizar contratos de prestação de serviços em que a empresa contratante deixa de ter obrigações trabalhistas com os que seriam ou eram seus funcionários e passa apenas a responder pelo contrato de prestação de serviços junto à empresa contratada. Como expõe Baltar, “isso foi marcante no caso das empresas estatais que foram privatizadas” (BALTAR, 2003, p. 117). Assim também destaca Cacciamali:

[...] o processo de desverticalização e terceirização das firmas leva a que determinadas atividades que eram realizadas no interior de estabelecimentos da indústria de transformação passassem a ser efetuadas e oferecidas diretamente por estabelecimentos do setor de serviços (CACCIAMALI, 1999. p. 7).

Cacciamali (1999) também afirma que as taxas de desemprego e subemprego⁹ ampliaram-se nos anos 1990. As empresas locais tiveram que conviver com a modernização do seu aparato produtivo e a desestruturação das suas cadeias produtivas promovendo o desemprego elevado, marcante nos anos 1990. A autora também identifica que os três principais ramos de atividade produtiva que eram responsáveis pela geração dos empregos de melhor qualidade acabam perdendo participação relativa em meados dos anos 1980 intensificando-se a partir dos 1990, a saber: a indústria de transformação, o setor bancário e

⁹ Empregos que normalmente caracterizam-se por serem de baixa remuneração e muitas vezes exercido sem registro de carteira assinada, de maneira irregular. Ocorre quando o trabalhador com determinada formação profissional é levado a aceitar cargos com menor remuneração e exigência de suas aptidões profissionais devido à falta de vagas em sua área de formação. É também negativo para o trabalhador com baixa qualificação que tem que disputar a vaga com o de maior qualificação, mesmo que não seja exigida melhor qualificação.

o setor produtivo estatal, “[...] enquanto mantiveram-se constantes a participação da administração pública e as atividades sociais” (CACCIAMALI, 1999, p.7).

Nesse caso, a indústria de transformação apresenta uma tendência de expulsão da força de trabalho, de modo que foi ela o centro das transformações oriundas das novas políticas implementadas a partir dos anos 1990. Segundo a mesma autora apresenta, a maior parte dos trabalhadores descartados dos postos de trabalho nesse período será absorvida pelos setores de comércio e de serviços, ainda que temporariamente. Em relação a indústria de transformação destaca-se que:

[...] em 1995 ela passa a absorver 16,6% do total da força de trabalho, enquanto que em meados dos anos 1980 esse percentual era de cerca de 22%. A recomposição da ocupação ocorre nos ramos do comércio e especialmente na prestação de serviços que aumentam sua participação na absorção do total de ocupados” (CACCIAMALI, 1999, p. 7).

Diante do quadro de baixo rendimento econômico e grande concorrência das empresas locais com o capital estrangeiro as empresas daqui tiveram que modificar sua estrutura produtiva, de forma que a aquisição de maquinários importados mais sofisticados fez com que muitos trabalhadores fossem demitidos para que se reduzissem os custos produtivos enquanto aumentava-se a produção média por trabalhador, ou seja, intensificando a jornada de trabalho elevando o grau de exploração do trabalhador. Este é um dos exemplos de precarização do trabalho que também pode ser encontrado em determinados textos com o nome de flexibilização, umas das formas de precarização. Esta flexibilização do trabalho faz parte do programa neoliberal implantado para reerguer a economia brasileira.

Até aqui buscou-se compreender a estruturação do mercado de trabalho segundo o comportamento da economia nacional e internacional e identificar os principais determinantes que agravaram a situação do emprego no Brasil. Como destaque tem-se a total liberação comercial, a redução do aparelho estatal regulando e orientando a produção, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, além de outros fatores para o agravamento da crise econômica como os juros elevados e a valorização artificial da moeda nacional que levaram o país ao quadro desfavorável tanto para a economia e mais ainda para o trabalhador.

É com base no entendimento da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais no Brasil que se buscará relacionar a dinâmica do mercado de trabalho de Vitória da

Conquista com o comportamento da sua economia. Desta maneira, espera-se verificar como tem se caracterizado a política de emprego a partir de 2003, identificando se houve realmente rompimento, com a política neoliberal no Brasil introduzida nos anos 1990. De modo que o país passa a ser governado que enquanto esteve na oposição se pronunciou em favor do trabalhador. Não é por menos que se chama Partido dos Trabalhadores e assim assumiu em 2003 a presidência da república.

3. MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA ECONÔMICA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Neste capítulo será feito um estudo do mercado de trabalho de Vitória da Conquista identificando como tem se comportado o emprego neste município diante das variações que a sua economia tem apresentado no período 2003-2012 que corresponde ao mandato de Lula e Dilma e uma nova gestão do país representando o Partido dos Trabalhadores na presidência da república.

Deste modo, será observada a dinâmica que a cidade tem apresentado no período em questão, também serão observados quais são os tipos de emprego tiveram melhor saldo de vagas ocupadas por ano e quais setores econômicos têm colaborado para o aumento do emprego formal. Assim, também será observado quais setores da economia têm apresentado maior destaque na composição do PIB local, já que a participação de cada setor também permite compreender a contribuição de cada um para o mercado de trabalho, nesse caso, o conquistense (se expande em qual medida emprega força-de-trabalho, além da participação de cada setor na composição do PIB).

Portanto, a partir das informações coletadas também será observado se estas informações permitirão ir mais adiante e permitem compreender a qualidade destes empregos gerados, levando em conta o processo de reestruturação produtiva que se instaurou na América Latina, e no Brasil a partir dos anos 1990. Da mesma forma, se as políticas de emprego do governo do Partido dos Trabalhadores que venceu as eleições de 2002 com a candidatura de Luís Inácio (Lula) e Dilma Rousseff têm contribuído, ou não, com a classe dos trabalhadores.

3.1 Evolução da economia do município de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista é atualmente uma das mais importantes cidades do Estado da Bahia. Localizada geograficamente na mesorregião do centro sul e economicamente no sudoeste do estado, com população total de 340.199 habitantes estimada para o ano de 2014. Está distante 503 km da capital Salvador (IBGE, 2013). Segundo Almas e Longuinhas (2011) o município tem se destacado entre as principais economias da Região Nordeste do Brasil. Segundo eles, o município aparece entre os 21 maiores PIB do Nordeste, sendo que

entre os 20 primeiros 9 são capitais, sendo o setor de serviços o que mais contribuiu para esta condição de destaque.

A atividade pecuária fez parte da economia conquistense desde o começo, até mesmo antes da ocupação do território pertencente aos indígenas. A pecuária ganhou impulso no fim do século XVIII e adquiriu importância ainda maior no começo dos anos de 1910. No início do séc. XIX outras atividades passaram a fazer parte da economia local quando o território já estava conquistado. As novas atividades consistiam na produção de algodão, gêneros de subsistência e no comércio de “drogas do sertão” (raízes, cascas de madeira, etc.), borracha, madeira, mamona e pó-de-palha (cera de ouricuri) que substituía e outras vezes completava a cera de carnaúba devido à grande demanda desta última (MEDEIROS, 2004).

O café, um produto tradicional do Planalto da Conquista desde o início da colonização recebeu suas primeiras mudas só em 1972 (PMVC, 2013). De acordo com Medeiros, a ferrugem e a geada que atingiram os cafezais de São Paulo e Paraná no início da década 1970 levou o governo federal a adotar uma política de produção de grãos para complementar as exportações. Surgiu daí o Plano de Recuperação e Revigoração da Lavoura Cafeeira (PRRC), pois se tratava de um bem muito valorizado na época. Este benefício governamental foi de grande importância para o desenvolvimento da cidade e do seu comércio. Segundo Medeiros,

Tratava-se agora de uma cultura moderna e que teve grande impacto no crescimento do comércio local de cidades e de vilas. Tudo veio acompanhado de modificação na estrutura fundiária da região (MEDEIROS, 2004, p. 1).

Mas é a partir da década de 1940 que a estrutura econômica e social da cidade passa a ser modificada. Isso ocorre quando o comércio, de fato, alcança novas fronteiras favorecido pela construção dos trechos que ligam Ilhéus a Bom Jesus da Lapa no sertão baiano passando por Vitória da Conquista (atualmente parte deste trecho corresponde a Avenida Brumado), e o outro, mais importante, a rodovia BR 116 (Rio Bahia) que liga a cidade a grandes centros econômicos do país. De acordo com Viana (1982), a BR 116 foi pavimentada completamente só em março de 1963 no governo do presidente João Goulart.

Desta forma, a cidade ganhou muito com a construção das estradas por permitir ao seu comércio, que foi durante muito tempo a principal atividade econômica do município, alcançasse novas dimensões levando Conquista a ser conhecida em diversas regiões a âmbito inclusive nacional. Observa-se assim a importância do comércio para o desenvolvimento urbano e econômico de Vitória da Conquista:

Na década de 40, o município já com seus 33.554 habitantes (8.644 na zona urbana) será beneficiado com o cruzamento de duas grandes rodovias: a Ilhéus Lapa (que o ligava a Ilhéus e ao Alto Sertão) e a Rio-Bahia (que o ligava ao Sudeste e a Salvador). As estradas potencializam o crescimento comercial em curso [...] (MEDEIROS, 2004, p. 1).

Segundo a prefeitura de Vitória da Conquista (PMVC, 2013), com a implantação das duas “rodovias-avenidas”, a cidade passou a receber um grande contingente de pessoas, constituído por baianos, mineiros, paulistas e nordestinos de diversos estados, “especialmente sergipanos e pernambucanos”. É justamente nesta época, primeira metade do Século XX, que a urbanização conquistense consolida-se (trazendo consigo os reflexos da expansão urbana como problemas sociais, por exemplo) e em ritmo de expansão tendo como fator importantíssimo a construção das rodovias supracitadas. Com o crescimento da cidade derivaram-se os problemas sociais. Santos e Almeida relatam que:

É consenso entre os estudiosos de Conquista que a década 40 apresenta uma urbanização mais acentuada e constante. Foi o momento em que a abertura da BR – 116, propulsora do desenvolvimento econômico e da urbanização acelerada da cidade, escancarou o processo de segregação social, resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das contradições de classe e dos conflitos urbanos de múltiplas naturezas (SANTOS; ALMEIDA, 2011, p. 7).

De acordo o plano diretor urbano de Vitória da Conquista de 1976, “[...] desde sua origem caracterizou-se como uma cidade de passagem e polo de ligação intermunicipal” (PMVC, 1976, p. 16). O comércio, no início foi protagonizado, pelos tropeiros. Eles levavam os produtos do Planalto da Conquista para várias regiões, assim como traziam delas, abastecendo as feiras e mercados realizando o comércio em escala regional. “Os conquistenses compravam dos tropeiros tecidos, perfumes e novidades vindas da Europa” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1975/1976, p. 16).

O cacau então se constituiu outro vetor importante à urbanização e dinamismo econômico. O caminho para Ilhéus e Itabuna (atualmente), se tornou muito importante para a economia conquistense. A partir da implantação das fazendas de cacau nestas localidades o movimento aumentou para abastecer a população das cidades litorâneas que tinham crescido bastante por conta da cultura cacauzeira. Mais tarde outro trajeto passou a fazer parte da rota de comércio de Conquista, o de Nazaré da Farias, estabelecido num processo menos dinâmico, mas que também contribuiu para a expansão das fronteiras e dinamização da sua economia. (MEDEIROS, 2004). Assim descreve Medeiros:

No início do Século XX, o município foi positivamente influenciado pelo dinamismo econômico da zona cacauzeira, pois passou a ser fornecedor de produtos para essa. Sua economia cresceu (MEDEIROS, 2003).

Com a expansão de suas atividades, Conquista alcança horizontes mais distantes. Santos e Almeida (2011) apontam que: “Durante a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, do ponto de vista econômico, Conquista se afirmaria como grande produtora agropecuária e de mediação comercial”. Medeiros (2004), também, aponta que em meados de 1960, Vitória da Conquista já será uma cidade central, “exercendo atração sobre mais de 50 municípios” tornando-se um grande entreposto.

A partir disso, nota-se que a rodovia BR 116 juntamente com a atividade cafeeira foram os dois maiores vetores do dinamismo e da evolução da economia conquistense. Depois deles é que Vitória da Conquista toma dimensões que a permitiu chegar aos anos atuais numa condição de uma cidade centralizadora, como centro econômico da região sudoeste, promovendo a diversidade do seu comércio e serviços, que mais tarde passam a serem os pontos mais fortes da economia local.

Sobre a industrialização, a Bahia se inseriu tarde, por sua incapacidade de concorrer com o centro-sul, assim como o insipiente desenvolvimento das forças produtivas, a economia baiana acabou vinculando-se à estrutura herdada do período colonial, a agrário-exportadora. Até 1940, como indica Andrade (2000), a Bahia consolida-se como um importante centro comercial de prestação de serviços, assim como Salvador e sua região metropolitana.

O mesmo autor afirma que a partir da década de 1950 esse quadro passa a ser modificado em função de “um novo ciclo de desenvolvimento nacional, onde a

industrialização se converteu na centralidade política da ação do Estado” (ANDRADE, 2000, p. 126). Ainda seguindo o autor, em 1930 este processo de industrialização desenvolvido no Brasil sob a direção de São Paulo, redesenhou o papel do Nordeste e da Bahia na divisão inter-regional do trabalho, de modo que ambos se especializassem na produção de commodities, impondo às outras regiões brasileiras esta nova configuração. Como expõe Tanajura:

Até a década de 50 não existia empresariado como hoje se conhece. Também não havia capital destinado ao setor industrial. Tudo girava em torno da pecuária e do comércio, numa individualidade esmagadora (TANAJURA, 1992, p. 97).

Talvez tenha relação com o fato da indústria conquistense não ter alcançado papel de destaque na economia local. No início do século XX surgiram algumas unidades fabris de móveis e alimentos se estendendo até a década de sessenta do mesmo século com inserção de algumas outras atividades fabris, mantendo o mesmo quadro industrial da década de 1920 com pouca variedade de produtos e baixo valor agregado.

No entanto, com a expansão do seu comércio a indústria obteve algumas melhoras, ainda pouco significativas. Neste sentido, a expansão da atividade comercial favoreceu o aumento da poupança, contribuindo também para a ampliação da rede bancária possibilitando a formação de capital e expansão das atividades que eram executadas ainda de forma rudimentar. Assim, segundo Tanajura (1992), em 1972 foi implantado o Distrito Industrial dos Imborés (DII), como resultado do programa de industrialização do governo federal para descentralização da economia do centro-sul.

Mesmo com a implantação do Distrito para desenvolver a indústria local, o que se observou foi que a indústria se resumiu a pequenas fábricas de alimentos, “estabelecimentos que trabalham em função de construção civil (mármore, granitos, etc)”, unidades de produtos metalúrgicos e hoje as fábricas de calçados é que complementam e ampliam o quadro desta indústria (MEDEIROS, 2004). Complementando, conforme Tanajura (1992), dos polos industriais que existem na Bahia este é o de menor expressão, tanto na arrecadação fiscal quanto no número de indústrias que lentamente vêm sendo implantadas.

Todavia, cabe uma importante observação acerca do conceito de distrito industrial até então apresentado, do qual discordam Almas e Longuinhos (2011) e o que de fato é o que se convencionou chamar de Distrito Industrial dos Imborés:

O Distrito Industrial dos Imborés é apenas uma designação para a aglomeração industrial de baixo dinamismo localizada, dentro do município, às margens da BR 116. Distancia-se, e muito, da concepção de Distrito Industrial observada na literatura sobre aglomerações produtivas, pois não apresenta especialização produtiva e laços cooperativos entre as firmas presentes, além de ter sido criado como uma política dos governos federal e estadual (ALMAS; LONGUINHOS, 2011, p. 5).

Como aponta Tanajura (pelo menos até 1992), ano de publicação do seu trabalho), o insucesso da aglomeração industrial se deu, ou ainda se dá, em virtude da falta de estrutura geral para que indústrias se instalassem no local e o Centro Industrial (CI) pudesse atuar de fato como um centro local de indústrias. Elementos como segurança, boa rede de energia elétrica e de água tratada não existem no local. Também problematiza a falta de incentivos fiscais e econômicos substanciais tornando, segundo ele, difícil a implantação de novas indústrias. Mas como pôde ser observado este fator está muito mais atrelado ao papel que foi incumbido ao Nordeste e à Bahia de centros comerciais e prestadores de serviços. O melhor exemplo baiano é o município de Vitória da Conquista.

Como já exposto no capítulo anterior o Brasil teve nas décadas de 1930 a 1970 significativos resultados do processo de industrialização e de desconcentração da economia da Região Sudeste. Por meio de políticas públicas direcionadas para o mercado interno com foco industrial, foram instalados centros industriais em diversas partes do país, entre eles o de Conquista, também como forma de atração de investimentos no setor. No entanto, isso ocorre no município já em finais da década de 1970 em um contexto adverso, como pontua Medeiros:

Vale notar que o Distrito Industrial dos Imborés ou Centro Industrial, começa a sua estrutura (abertura de ruas, calçamento, etc.) no momento em que tem início a desaceleração da economia brasileira (“crise do milagre”), época não propícia para atração de capitais de outras regiões e época de crise local, durante a qual recursos próprios e subsídios foram direcionados para a cafeicultura (MEDEIROS, 2004, p.1).

Retomando Almas e Longuinhos, até a década de 1970 as duas principais medidas para dinamizar a economia conquistense foram a cafeicultura e a indústria através da implantação do que se denomina Distrito Industrial dos Imborés, ambos fomentados pelo governo federal. Os incentivos governamentais permitiram que a cafeicultura se tornasse na época a atividade mais importante da economia da região que engloba Vitória da Conquista.

A indústria não conseguiu expressividade de desenvolvimento devido, como mencionam Almas e Longuinhos (2011), a baixa coordenação das atividades industriais associadas às medidas precárias que visavam interiorizar o crescimento industrial, mas que acabaram se restringindo à economia local, reforçando os apontamentos feitos por Tanajura (1992) anteriormente a respeito do insucesso da indústria local.

Ainda segundo os mesmos autores, com o declínio da atividade cafeeira e a baixa coordenação da atividade produtiva industrial os anos de 1990 iniciam-se com os serviços e o comércio impulsionando a economia. Apontam para uma estreita relação entre o processo de urbanização, que surgiu nessa década, com a expansão dos serviços atuando na atração de indivíduos oriundos de cidades próximas, principalmente do sudoeste da Bahia e do norte de Minas Gerais.

No próximo ponto será estudado o mercado de trabalho de vitória da Conquista visualizando o seu comportamento diante das variações da sua economia, agora considerando os anos 2000, mais precisamente o período 2003-2012. Com base em informações extraídas do banco de dados de instituições públicas como CAGED, IBGE e SEI¹⁰, encarregadas de realizar determinadas pesquisas socioeconômicas e geográficas para permitir ao governo ter acesso a uma série de informações que ele precisa para a tomada de suas decisões. Assim, estas informações serão tomadas para compreender como funciona o mercado de trabalho conquistense a partir da sua economia

3.2 Crescimento econômico e emprego no mercado de trabalho de Vitória da Conquista no período de 2003 -2012

Vitória da Conquista ao se tornar um local concentrador por desenvolver melhor diversas atividades, por conta dos motivos já citados, sua estrutura urbana foi acompanhando este desenvolvimento para atender às novas necessidades. Conforme Almas e Longuinhos (2011) a expansão urbana acompanhada da expressividade do crescimento do setor terciário como o novo motor da economia do município se deu a partir dos anos 1990 devido ao baixo dinamismo da indústria e ao declínio da cafeicultura.

¹⁰ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Os autores supracitados também apontam que no mesmo período da nova dinâmica econômica guiada pelas atividades comerciais e serviços de saúde, educação e transporte constatou-se uma intensificação no processo de urbanização. A cidade passou e continua a atender uma demanda cada vez maior de comércio e serviços pelas localidades circunvizinhas fortalecendo assim a sua economia, de um lado, e do outro absorvendo a riqueza das pequenas localidades próximas que fazem parte do círculo de influência de Vitória da Conquista.

O contínuo crescimento econômico desta cidade pode ser verificado pelos dados apresentados abaixo pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), os quais revelam uma evolução substancial do PIB conquistense, seguindo o comportamento, ainda que não igualmente proporcional, do da Bahia e do Brasil nos anos que correspondem aos referidos dados.

Tabela 1- Produto Interno Bruto - Vitória da Conquista 2002 a 2012, preços correntes (R\$ milhões)

Período	Brasil		Bahia		Vitória da Conquista*	
	PIB	%	PIB	%	PIB	%
2003	1.699.948	1,1	68.147	2,2	1.164,55	9,5
2004	1.941.498	5,7	79.083	9,6	1.382,32	18,7%
2005	2.147.239	3,2	90.919	4,8	1.796,27	29,9
2006	2.369.484	4,0	96.521	2,7	2.003,09	11,5
2007	2.661.345	6,1	109.652	5,3	2.363,43	18
2008	3.031.864	5,2	121.508	5,2	2.650,25	12,1
2009	3.239.404	(0,3)	137.075	(0,6)	3.190,12	20,4
2010	3.770.085	7,5	154.340	6,6	3.469,18	8,7
2011**	4.143.013	2,7	159.869	4,1		
2012**	4.402.537	0,9	186.411	3,1		

Elaboração própria

Fonte: SEI/Coordenação das Contas Regionais

(*) Não deflacionados

(**) Indisponíveis para Vitória da Conquista

O Produto Interno Bruto (PIB) é a variável que demonstra o valor dos bens e serviços que são produzidos em determinado período. Por meio dela é também possível compreender algumas mudanças ocorridas na esfera do emprego analisando individualmente a participação de cada setor na sua composição.

A tabela 1 apresentada permite observar que nos últimos dez anos o PIB de Vitória da Conquista apresentou variação positiva, mesmo no ano de 2009 quando o Brasil e a Bahia apresentaram taxas negativas. Ainda assim, a economia brasileira e baiana, teve crescimento médio positivo para o conjunto dos anos analisados. Possivelmente esse evento tem relação com as mudanças de políticas desenvolvidas a partir do primeiro governo de Lula.

De acordo com Sicsú (2013), no primeiro mandato Lula aplicou programas de assistência social que juntamente com a política de valorização do salário mínimo e do aumento do crédito às famílias e empresas, contribuíram para a formação de uma nova demanda interna. Já no segundo, de 2007 a 2010, o que promoveu a expansão econômica foram o incentivo do consumo e os investimentos públicos e privados.

Deste modo, é possível também visualizar os efeitos destas políticas no município de Vitória da Conquista. Sobre o crescimento econômico do município, podemos visualizar que os anos que apresentaram maior expansão no período em estudo foram 2005 e 2009. Nesse último ano o valor do seu PIB foi de R\$ 3.190.120 milhões, ou seja, R\$ 539,87 milhões a mais que o ano de 2008. Esta foi a maior diferença em termos monetários e percentuais de um ano para outro no período em estudo, em relação ao município.

Desta forma, as políticas econômicas implementadas a partir de 2003 contribuíram com a expansão da economia brasileira em geral, com considerável participação dos gastos públicos neste resultado. Como pode ser verificado nos dados acima sobre o PIB, houve variações positivas contínuas nos dois primeiros mandatos do PT, de 2003 a 2010. Mais à frente serão apresentados dados que mostram a expansão econômica por meio da elevação do emprego gerada no mesmo período em análise para o Brasil, a Bahia e Vitória da Conquista.

3.3 Dinâmica recente do mercado de trabalho de V. da Conquista, 2003-2012.

Vitória da Conquista tem apresentado nas últimas décadas um significativo crescimento econômico. Desde o começo da sua formação a cidade sempre esteve atrelada às atividades comerciais, pois era entroncamento e ponto de apoio para viajantes e comerciantes. Na década de 1970 a cidade contou com o apoio do governo federal para o

fortalecimento da cafeicultura e no incentivo à dinamização da indústria com a implantação da aglomeração industrial conhecida como Distrito industrial dos Imborés.

Devido a problemas como a baixa coordenação das atividades industriais associadas às medidas precárias que visavam interiorizar o crescimento industrial, a industrialização foi muito tímida e acabou se restringindo à economia local. Na década de 1990 tanto o café como a indústria entraram em declínio, dando lugar às atividades de comércio e serviços que vinham se desenvolvendo ao longo do tempo e foram se solidificando, principalmente porque é nesta referida década que a reestruturação produtiva se intensifica no Brasil. Assim, buscará compreender como está configurado atualmente o mercado de trabalho local e sua ligação com a sua economia começando pelo Brasil.

Como pôde ser observado nos dados sobre o PIB, o Brasil tem conseguido manter um crescimento anual constante do PIB nos últimos anos, considerados a partir de 2003 a 2012. Nesse período três anos tiveram destaque: 2004 com crescimento de 5,7%, 2007 com 6,1 e 2010 que cresceu 7,5%, de acordo com os dados do IBGE sistematizados pela SEI (2013). Também há o destaque para o ano de 2009 quando teve o crescimento foi negativo de 0,3 %.

Neste caso, para o período em estudo, há um destaque também para o ano de 2010 com relação ao emprego nos três setores que apresentaram maior expansão do emprego. As demais atividades apresentaram resultados bem menos expressivos. Assim, é possível visualizar que os setores de maior expressão na ampliação de crescimento do emprego tenham absorvido parte dessa mão de obra que foi dispensada por outros setores que tiveram saldos negativos em alguns momentos, como o setor público e a agricultura. A possibilidade está no fato dos serviços o comércio e a construção civil serem intensivos em mão de obra e estarem em momento de expansão das suas atividades.

Entre os anos de 2003 e 2008 no Brasil houve considerável crescimento econômico principalmente depois do primeiro ano de mandato do governo Lula (2003), conforme dados do IBGE sistematizados pela SEI na tabela 1. Após esse mesmo ano o empresariado pôde ter melhores expectativas sobre o novo governo e a economia voltou a crescer em ritmo maior. Porém, a crise econômica que eclodiu nos Estados Unidos (EUA) em 2008 trouxe graves problemas para a economia mundial. O Brasil sentiu menos que os países mais ricos os impactos da crise graças às políticas de incentivo ao consumo e de gastos públicos e privados, como citado anteriormente por Sicsú (2013).

Tabela 2 – Brasil – saldo do emprego por setor – 2003 a 2012

Setor	Saldo 2003 a 2012	Ano com maior geração de emprego	Empregos gerados no ano de destaque
Extrativa Mineral	107.352	2011	19.538
Ind. Transformação	2.495.202	2010	544.367
Serv.Ind.Util.Pub.	89.012	2010	20.034
Construção Civil	1.284.726	2010	334.311
Comercio	3.896.090	2010	611.900
Serviços	6.184.700	2010	1.018.052
Administração Pública	107.039	2005	21.599
Agropecuária	240.327	2004	79.274
Outros	945	2003	824

Elaboração própria

Fonte: CAGED (MTE, 2013).

Para o mercado de trabalho as informações contidas acima, na tabela 2, mostram que os anos de 2010 e 2011 foram os melhores para a construção civil, o comércio e os serviços de modo que estes setores contrataram muito acima dos demais, como pode ser visualizado na mesma tabela. No entanto, o comércio em 2011 apresentou-se de forma muito parecida com os anos de 2004 e 2007, apenas com uma diferença um pouco maior, mostrando que em 2011 o comércio não foi tão expressivo quanto em 2010.

Baixo dinamismo econômico e altos níveis de demissão no período de crise foram comuns em muitos países europeus, assim como os EUA, onde foi o foco. Mas no Brasil esta crise impactou de forma menos agressiva e até sutil se forem comparados com países mais afetados. O governo brasileiro adotou políticas expansionistas em plena crise para amenizar os efeitos catastróficos que poderiam ter ocorrido caso o governo brasileiro tivesse tomado outras medidas contra a crise. Estas políticas atuaram principalmente no aumento do consumo com expansão do crédito, redução de taxas de juros e impostos que serviram para manter o dinamismo e o crescimento da economia. Em muitos casos foi o que garantiu o crescimento econômico, a manutenção e criação de muitos postos de trabalho. Assim, também poderá ser verificado como isso refletiu na Bahia e em Vitória da Conquista.

Sobre o PIB, a Bahia também teve seu destaque em 2004 e 2010 com crescimentos percentuais de 9,6% e 6,6% respectivamente. Isto mostra que a economia baiana tem acompanhado a dinâmica da economia brasileira. Desta forma, os resultados apresentados na

tabela 3 mostraram que houve maior crescimento de emprego também nos setores de serviço, comércio e construção civil. Da mesma forma, estas atividades obtiveram melhores resultados nos anos de 2010 e 2011, com exceção da construção civil que apresentou melhor crescimento em 2009 e 2010.

Aqui também a administração pública foi o único setor que fechou o período em estudo com saldo negativo de emprego, eliminou 905 postos de trabalho. De modo que o setor público passou a terceirizar parte de suas atividades como parte do projeto das políticas neoliberais, estes postos de trabalho que foram eliminados podem ter sido criados nos setores que tiveram maior participação no PIB.

Tabela 3 – Bahia – saldo do emprego por setor - 2003 a 2012

Setor	Saldo 2003 a 2012	Ano com maior geração de emprego	Empregos gerados no ano de destaque
Extrativa Mineral	7.378	2010	1.386
Ind. Transformação	80.680	2010	17.183
Serv. Indústria e Utilidade Pública	3.712	2011	1.563
Construção Civil	82.975	2010	28.255
Comercio	152.585	2010	24.409
Serviços	239.421	2010	44.869
Administração Pública	-905	2007	1.009
Agropecuária	12.815	2010	6.386
Outros	15	2003	15

Elaboração própria

Fonte: CAGED (MTE, 2013).

Sobre o crescimento econômico, Vitória da Conquista teve seu melhor desempenho em 2005 e 2009, embora tenha ocorrido um expressivo crescimento em 2004 sobre 2003, ainda que o ano de 2010 tenha dado continuidade ao crescimento econômico, porém com expressividade menor em relação a 2005 e 2009. Em relação ao emprego no município, de acordo com o CAGED (2013), foram contabilizados no ano de 2009 17.186 admissões e 15.395 demissões, encerrando o ano com saldo positivo de 1.791 novos empregos.

A partir destes dados, ao relacionar a dinâmica do mercado de trabalho conquistense, com o da Bahia e do Brasil, percebe-se uma semelhança muito próxima. Nos setores da construção civil, comércio e serviços são os maiores geradores e destruidores de

emprego de 2003 a 2012. Uma pequena diferença é que no município a construção civil se desenvolveu melhor em 2010 e 2012, da mesma forma que o comércio, mas os serviços alcançaram melhores resultados em 2005 e 2010.

Contudo, para os setores de maior expansão das vagas de trabalho o melhor ano foi o de 2010. Com isso, a economia conquistense tem acompanhado o comportamento tanto em âmbito nacional quanto estadual na promoção e eliminação de empregos. Estas atividades em alguns momentos divergiram-se quanto ao ano de maior tanto para o país, quanto para o estado e o município.

Uma questão que deve ser observada é que no ano de 2010, como demonstram os dados da SEI (2013), o crescimento do PIB em termos percentuais foi menor que o ano anterior, porém, o saldo de empregos gerados foi muito maior. Os mesmos dados dizem que houve 24.737 admissões contra 19.900 demissões, encerrando o ano (2010) com saldo de 4.837 vagas de emprego preenchidas, ou seja, 3.046 vagas a mais que em 2009, quando ocorreu maior crescimento econômico. Este aumento no emprego em 2010 sobre 2009 foi de aproximadamente 170 %.

Vale também ressaltar que grande parte deste saldo deve-se aos setores de serviços, comércio e construção civil respondendo por aproximadamente 75 % dos empregos gerados, em 2009. Porém, estas mesmas atividades econômicas também responderam por aproximadamente 73 % das demissões no mesmo espaço de tempo. O mesmo comportamento verifica-se para todos os anos em questão considerando que sempre representam a maior parte dos empregos gerados e também das demissões. Assim, deve-se ter atenção ao analisar a movimentação do emprego em Vitória da Conquista, pois assim como no Brasil, há um enorme fluxo de trabalhadores nestes tipos de trabalho, como já destacado no ponto 2.2, onde são difíceis as possibilidades de fixação e de especialização que permitam ao trabalhador um melhor posto.

Tabela 4 – Vitória da Conquista- saldo do emprego por setor - 2003 a 2012 (continua)

Setor	Saldo 2003 a 2012	Ano com maior geração de emprego	Empregos gerados no ano de destaque
Extrativa Mineral	65	2007	42
Ind. Transformação	2.896	2004	748
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	-13	2009	33
Construção Civil	3.050	2010	1.598

**Tabela 4 – Vitória da Conquista – saldo do emprego por setor – 2003 a 2012
(conclusão)**

Comércio	5.846	2010	1.001
Serviços	7.211	2010	1.717
Administração Pública	-21	2008	64
Agropecuária	-501	2004	69
Outros	-	-	-

Elaboração Própria

Fonte: CAGED (MTE, 2013)

Os dados apresentados aqui sobre o emprego, no geral, permitem identificar que houve uma melhoria social, se for considerada apenas a renda, de modo que mais trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho passando a acessar bens e serviços de necessidades básicas, por exemplo. A maioria destes empregos por serem de baixa remuneração (salário mínimo), dificulta o acesso a fatores como lazer, saúde e poupança.

No fim do período em análise todos os setores apresentados na tabela obtiveram saldos positivos do emprego, exceto a administração pública que fechou o período 2003-2012 com saldo negativo. Entretanto, há questões que podem ser levantadas a respeito destes resultados que foram apresentados. É importante observar, nestes setores que apresentaram maior destaque na criação de postos de trabalho, a qualidade destes empregos gerados. Por exemplo, o fluxo a remuneração e se em geral são trabalhos precários.

Por outro lado, também ocorreu a diminuição de empregos públicos, pois muitos dos serviços públicos também foram terceirizados, como foi mencionado anteriormente, de forma semelhante ao comportamento do emprego nos anos 1990, como desdobramento das políticas neoliberais. Outro fator que permite questionamento é se houve rompimento com modelo neoliberal que esteve presente em mandatos anteriores aos do PT. Compara-se o movimento do emprego atual com o da década de 1990, pois como no período atual os setores de serviços e comércio obtiveram maior participação na composição do quadro de empregos e de participação na economia, como exposto a seguir por Cacciamali:

A recomposição da ocupação ocorre nos ramos do comércio e especialmente na prestação de serviços que aumentam sua participação na absorção do total de ocupados [...]o processo de [...] terceirização das firmas leva a que determinadas atividades que eram realizadas no interior

de estabelecimentos da indústria de transformação passassem a ser efetuadas e oferecidas diretamente por estabelecimentos do setor de serviços (CACCIAMALI, 1999, p. 7)

Deste modo, observa-se que mesmo com melhorias tanto na expansão econômica quanto no quadro no mercado de trabalho visualiza-se que as políticas neoliberais ainda atuam nas nações subdesenvolvidas. No Brasil os tipos de trabalho criados nos anos 2000 (serviços, comércio e construção civil) são os mesmos que se destacaram na última década dos anos 1990, com exceção da indústria da transformação que varia negativamente quando a economia vai mal e positivamente quando há o inverso. Já os serviços e o comércio se expandiram quando a economia não andava bem, o mesmo ocorrendo agora, porém com a situação econômica melhor que a anterior. De acordo com a CEPAL/ PNUD/OIT:

Entre 1992 e 1999, a indústria de transformação perdeu peso na ocupação, mas a construção civil compensou parcialmente essa queda. Entre 1999 e 2006, a indústria de transformação aumentou sua participação. Ou seja, quando a ocupação cresceu pouco na economia como um todo (anos 90), a indústria de transformação ajudou a agravar o quadro; quando a situação se inverteu, o setor contribuiu com um crescimento superior ao seu peso na ocupação total. O setor de serviços teve participação decisiva no aumento da ocupação em ambos períodos, como já vinha ocorrendo nos anos 80. Em 1993-99, compensou a queda da ocupação na agricultura e na indústria de transformação, com pequena ajuda da construção civil. Em 2000-2006 liderou a alta, desta vez com a ajuda da indústria de transformação (CEPAL/ PNUD/OIT, 2008, p.27)

Após a recessão do início do século XXI, segundo um estudo desenvolvido em parceria entre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ocorreu no ano de 2003 um processo de retomada da atividade econômica. A mesma pesquisa também identificou algumas características marcantes do mercado de trabalho a partir da retomada do crescimento econômico:

a) a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa; b) o crescimento mais acelerado da produtividade da mão-de-obra restringiu-se a um grupo de setores produtivos; nos demais, houve pequena expansão ou estabilidade, o que indica que em parte das ocupações a modernização esteve associada à informalidade do trabalho; c) houve proliferação de empregos temporários e sem contrato, aumento da população ocupada sem acesso à seguridade social, flexibilização das condições para o término dos contratos de

trabalho, redução de indenizações por demissão e limitações ao direito de greve; d) o desemprego e a informalidade aumentaram; e) os rendimentos do trabalho se deterioraram [...]; f) o setor terciário ganhou peso no emprego (CEPAL; PNUD; OIT, 2008, p. 11).

Observa-se assim que estes tipos de emprego, ainda que formais, apresentam características peculiares da entrada da reestruturação produtiva na América Latina. Os dados da pesquisa acima permitem identificar comportamentos muito típicos da economia da época de recessão dos anos 1990. Evidentemente a economia atual está em condição muito mais favorável que a daquela época e o nível de desemprego é bem menor.

No entanto, pesquisas como a de Druck (2002), Harvey (2000), Antunes (2012), Pochmann (2008), Cacciamali (1999), Andrade (2000) entre outros apontam que o trabalho continua se precarizando, no Brasil e no mundo. Pois como já tratado anteriormente, os empregos destes setores que obtiveram maior participação na expansão do PIB e na geração de empregos (no Brasil, na Bahia e em Vitória da Conquista) foram justamente os de fluxo elevado, sem expectativa, possibilidade de carreira nem especialização. Assim, não são empregos de boa qualidade, como também ocorreu no período de implantação do neoliberalismo na América Latina e no Brasil até o final dos anos 1990.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa monográfica, buscou-se compreender o comportamento do mercado de trabalho urbano do município de Vitória da Conquista, e identificar os setores que mais impulsionam a expansão de postos de trabalho. Com base em dados pôde-se aferir os setores mais dinâmicos da economia conquistense. Além disso, buscou-se também relacionar o processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo com o mercado de trabalho.

Diante do problema de identificar a dinâmica do mercado de trabalho conquistense a partir da expansão econômica verificada no período em análise, comparando com os dados em âmbito nacional e estadual foi possível identificar que a economia local cresceu de forma contínua, diferente da economia brasileira que apresentou flutuações constantes. Este crescimento econômico influenciou a expansão do emprego formal no período em estudo.

Buscou-se a partir do entendimento da apropriação da força de trabalho identificar algumas contradições do modo do capitalismo se reproduzir sobre o trabalho, assim como identificar e relacionar as falhas desta forma de reprodução e a sua busca em se reerguer utilizando-se de forma cada vez mais intensa e exploratória a força de trabalho. O resultado da busca ininterrupta pela acumulação de riquezas promoveu o esgotamento do fordismo que havia chegado à sua insustentabilidade nos anos 1970.

Para tentar solucionar tal problema foi elaborado um conjunto de estratégias adotadas pelas nações mais ricas e poderosas para voltarem a retornarem ao alto padrão de consumo e produção. Elaborou-se a estratégia nos Estados Unidos (UEA) entre membros do capital dos EUA e da Europa, no entanto a América Latina foi a cobaia da experiência mal sucedida da implantação do neoliberalismo, que dentre outros fatores, causou graves problemas para o mercado de trabalho local promovendo uma série de desajustes na economia.

Ao direcionar a abordagem acima para o Brasil e fazer a ligação com Vitória da Conquista, passando também pela Bahia, a monografia permitiu compreender a dinâmica do seu mercado de trabalho observando o comportamento da sua economia. A partir da discussão acerca da centralidade do trabalho e do processo histórico-material que transformou o homem, a sociedade e consigo o trabalho, discutidos no capítulo I, percebe-se que o trabalho tem sofrido fortes ataques do capital, intensificando-se cada vez mais.

A partir identificou-se como há influência das políticas das nações denominadas desenvolvidas sobre os países periféricos como o Brasil, refletindo-se nos âmbitos nacional, estadual e municipal. A pesquisa revelou que os anos 2000 foram bem melhores para a economia brasileira do que a década anterior. Houve expansão do PIB e do emprego, o que não acontecia desde a década de 1990, período anterior ao governo do PT. Supõe-se que as políticas do governo “petista”, tiveram impacto considerável nesta melhora do quadro econômico, como valorização do salário mínimo, incentivo ao consumo, gastos do governo entre outros já apresentados no capítulo 3. Dessa forma, gera renda, consumo e mais produção.

De acordo com os dados, é inegável que o Brasil apresentou considerável crescimento econômico acompanhado da elevação do emprego formal. Porém, cabe atentar para a qualidade destes empregos. A pesquisa revelou que os anos 2000 foram bem melhores para a economia brasileira do que a década anterior. Houve expansão do PIB e do emprego, o que não acontecia desde a década de 1990, período anterior ao governo do PT.

Tomando como referências autores específicos que discutem o trabalho no Brasil, como Baltar (2003), Cacciamali (1999), Sabadini (2002), entre outros, que a maior parte dos empregos gerados, são de elevado fluxo de trabalhadores (ocupando e desocupando vagas) e de baixos salários, mesmo na indústria.

Em Vitória da Conquista esta situação é visível quando se atenta aos tipos de empregos promovidos desde a última década, muito se relacionando com os que caracterizaram os anos 1990, no auge das ideias neoliberais no Brasil. Constatou-se que a grande maioria desses empregos ocorreu no setor de serviços, comércio e construção civil, assim como na década de 1990. No ano de 2010, que foi o melhor para o emprego no município com o saldo de 4.837 postos de trabalho ocupados, o saldo destes três setores juntos correspondeu a 4.316.

Como no período de intensificação da reestruturação produtiva, os postos de trabalho que tiveram maior participação na composição do PIB e na absorção de mão de obra também foram os de maior fluxo e possivelmente de menor remuneração, de modo que são ocupações em empresas prestadoras de serviços ou comércio onde não exige nem permite grau de especialização. Em determinados momentos são adaptáveis segundo a demanda, de modo que as empresas têm o amparo legal para tais procedimentos. É isso que leva ao questionamento se houve ou não abandono do partido que até antes das eleições

proclamava-se dos trabalhadores e atualmente tem políticas de emprego tão semelhantes às neoliberais. Nesse sentido há também um destaque para o setor público, que juntamente com a agricultura foram os mais desempregados e destruíram postos de trabalho, pois apresentaram vários momentos de saldo negativo de emprego.

Foi visto então, que economia conquistense, assim como a nacional tem se sustentado no trabalho precarizado, pois são setores onde prevalecem baixos rendimentos, são serviços terceirizados e os trabalhadores são frequentemente substituídos por outros. Desta forma diminuí-se os encargos que as empresas deveriam ter com o empregado, permitem maiores lucros. Assim, não são empregos de boa qualidade, como também ocorreu no período de implantação do neoliberalismo na América Latina e no Brasil até o final dos anos 1990. Isto leva a questionar se as políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores são realmente para os trabalhadores.

Embora tenha ocorrido uma melhoria social, considerando apenas a renda pela expansão do emprego, a maioria destes empregos por serem de baixa remuneração (salário mínimo), dificulta o acesso a fatores como lazer, saúde e poupança, enquanto isso favorece mais ao capital ao estimular a produção e favorecer uma maior exploração sobre o trabalhador além de não lhe dar garantias de fixação no emprego.

Deste modo, a pesquisa permitiu compreender que o mercado de trabalho conquistense reagiu da mesma forma que o do país como um todo, às políticas implementadas pelo governo federal desde o primeiro mandato de Lula em 2003. Contudo, a pesquisa também contribuiu para o desenvolvimento do método científico de pesquisa acadêmica, aprofundamento no campo teórico favorece a expansão dos horizontes acerca da sociedade. E neste caso, mais especificamente, a ampliação da visão sobre o mundo do trabalho e as formas encontradas pelo capitalismo para “amenizar” os seus problemas estruturais e conjunturais, sempre refletindo negativamente sobre o trabalhador.

REFERÊNCIAS

- ALMAS, Rondinaldo da S. das; LONGUINHOS, Marco A. A. Setor de Serviços e Dinâmica Econômica no Município de Vitória da Conquista – BA. In: Encontro Baiano de Geografia, 8, Semana de Geografia da UESB, 10, 2011, Vitória da Conquista, BA. **Anais Eletrônicos**. Vitória da Conquista: UESB, 2011. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2v.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2013.
- ANDRADE, Eliziário. **Nova ofensiva do capital sobre o trabalho**. Salvador: UCSAL, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, jun. de 2012.
- ANTUNES, Ricardo. Os Caminhos da Liofilização Organizacional: as Formas Diferenciadas da Reestruturação produtiva no Brasil. **Revista Ideias**, Campinas,9(2) /10(1): 13-24, 2002-2003.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Estrutura Econômica e emprego urbano na década de 1990**. São Paulo: Unesp, 2003 (Coleção Economia Contemporânea).
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- CACCIAMALI, Maria C. **Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**. Publicado em Posthuma, A. C., Brasil. Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil, São Paulo: Ed.34, 1999, p. 207:232. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file_526.pdf> Acessado em: 18 out 2014.
- CEPAL; PNUD; OIT. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/empregodesenvhumanotrabdecente.pdf>. Acessado em 03 nov 2014.
- DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador; n.1, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2000.

HIRATA, Alessandro. O estudo do direito romano e as bases dos sistemas legais contemporâneos. **Jornal Carta Forense**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/o-estudo-do-direito-romano-e-as-bases-dos-sistemas-legais-contemporaneos/6069>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

IBGE. PIB DOS MUNICÍPIOS Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 16 maio 2012.

IBGE. CIDADES. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 27 nov. 2013

LESSA, Sérgio. Serviço Social, trabalho e reprodução. **Serviço Social & Movimento Social**. São Luís, MA, volume 2, n. 2, pp. 7-29, 2000.

MARX, Karl. **O Capital. Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

MEDEIROS, Ruy. **Breves Notas da Evolução Econômica**. Vitória da Conquista, 2004. Disponível em: <<http://ruymedeiros.blogspot.com.br/2012/05/vitoriada-conquista-nos-anos-1960-1978.html>> Acesso em: 26 nov. 2013.

MEDEIROS, Ruy. **Vitória da Conquista nos Anos 1960-1978**. Vitória da Conquista, 2003. Disponível em: <<http://ruymedeiros.blogspot.com.br>> Acesso em: 26 nov. 2013.

MELLO FILHO, Rogério Machado. A Aplicação do Direito sob a Ótica das Escolas de Interpretação das Normas jurídicas. In: Direito em revista: Revista jurídica da Faculdade de Direito de Francisco Beltrão v. 1, n. 4, p. 143-152, Centro Sulamericano de Ensino Superior (Cesul), 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_50/artigos/art_rogerio.htm>. Acesso em: 26 nov. 2014.

NUNES, Paulo. **Vitória da Conquista: expansão urbana**. Vitória da Conquista: 2010. Disponível em: <<http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/11/11/vitoria-da-conquista-expansao-urbana/>> Acesso em: 16 dez. 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SABADINI, Mauricio de S.; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, vol. VIII, núm. 2, julio-diciembre, 2002, pp. 265-290, Universidad Central de Venezuela, Venezuela. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36480212>. Acessado em: 22 out. 2014.

SANTOS, Alexandre de J.; ALMEIDA, José R. M. de. **Do Arraial a Conquista**: ruptura e continuidade na trajetória modernizante de Vitória da Conquista. 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acessado em: 26 nov. 2013.

SEI. PIB NACIONAL. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 nov 2013.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil**. E o futuro? São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista** – crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: 1992.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **CIDADE: HISTÓRIA; ECONOMIA** <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/>> Acesso em: 27 nov. 2013

VIANA, A. L. Revista Histórica de Conquista. Vitória da Conquista: 1982.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº118/76, Prefeitura Municipal Vitória da Conquista **Plano Diretor Urbano**, 1976.

ANEXOS

Produto Interno Bruto - Vitória da Conquista 2002 a 2012, preços correntes (R\$ milhões)

Período	Brasil		Bahia		Vitória da Conquista	
	PIB	%	PIB	%	PIB	%
2003	1.699.948	1,1	68.147	2,2	1.164,55	9,5
2004	1.941.498	5,7	79.083	9,6	1.382,32	18,7%
2005	2.147.239	3,2	90.919	4,8	1.796,27	29,9
2006	2.369.484	4,0	96.521	2,7	2.003,09	11,5
2007	2.661.345	6,1	109.652	5,3	2.363,43	18
2008	3.031.864	5,2	121.508	5,2	2.650,25	12,1
2009	3.239.404	(0,3)	137.075	(0,6)	3.190,12	20,4
2010	3.770.085	7,5	154.340	6,6	3.469,18	8,7
2011	4.143.013	2,7	159.869	4,1		
2012	4.402.537	0,9	186.411	3,1		

Elaboração própria

Fonte: SEI

Brasil- saldo do emprego por cada ano, atividade e variação % de 2003 a 2012 (continua)

Extrativa mineral	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Varição %	4,47	7,39	6,24	8,49	5,91	5,32	1,18	10,34	10,34	5,37	
Saldo Total	6.605	10.337	9.530	12.052	9.762	8.671	2.036	17.715	19.538	11.106	107.352
Indústria da Transformação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2003 a 2012
Varição %	2,47	9,36	3,01	4,06	6,09	2,55	0,15	7,34	2,73	1,07	
Saldo Total	128.791	504.610	177.548	250.239	394.584	178.675	10.865	544.367	218.138	87.385	2.495.202
Serviços de Ind. e Util. Pública	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Varição %	1,06	1,55	4,43	2,40	2,45	2,38	1,41	5,69	2,48	2,70	
Saldo Total	3.147	4.566	13.533	7.369	7.752	7.965	4.984	20.034	9.467	10.195	89039,00
Construção Civil	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Varição %	-4,16	4,66	8,44	7,34	13,08	12,93	9,17	14,77	8,87	5,13	
Saldo Total	-48.155	50.763	85.053	85.796	176.755	197.868	177.185	334.311	225.145	148.114	1.432.835

Tabela 2 - Brasil- saldo do emprego por cada ano, atividade e variação % de 2003 a 2012 (conclusão)

Comércio	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	4,76	7,86	6,98	5,85	6,56	5,91	4,20	8,27	5,71	4,51	
Saldo Total	225.908	403.940	389.815	336.794	405.091	382.218	297.157	611.900	459.841	383.426	3.896.090
Serviços	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação % empr.	2,92	5,06	5,87	4,84	5,29	5,67	3,93	7,72	6,50	4,51	
Saldo Total	260.285	470.123	569.705	521.609	587.103	648.259	500.177	1.018.052	934.967	674.420	6.184.700
Adim. Pública	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	1,40	-0,06	3,07	1,42	2,36	1,92	2,33	1,41	1,80	-0,31	
Saldo Total	9.830	-382	21.599	8.253	15.252	10.316	18.075	10.417	16.126	-2.447	107.039
Agropecuária	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	5,07	6,34	-1,00	0,57	1,46	1,22	-0,99	-0,09	5,59	0,22	
Saldo Total	58.198	79.274	-12.878	6.574	21.093	18.232	-15.369	-1.375	83.227	3.378	240.327
Outros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	6338,46	115,38	271,43	----	----	----	----	----	----	----	
Saldo Total	824	45	76	0	0	0	0	0	0	0	945

Elaboração Própria

FONTE: CAGED (MTE, 2013).

Tabela 3 - Bahia: saldo do emprego por cada ano, atividade e variação % de 2003 a 2012 (continua)

Extrativa mineral	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	11,12	7,70	3,64	5,44	6,01	2,38	2,31	10,89	9,06	4,05	
Saldo Total	1.310	821	437	512	640	275	269	1.386	1.232	496	7.378
Indúst. da Transformação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	5,85	11,41	7,44	4,29	6,31	2,34	3,72	8,37	2,56	-1,35	
Saldo Total	6.877	14.686	10.810	6.715	10.432	4.094	7.258	17.183	5.777	-3.152	80.680
Serviços de Util. Pública	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	2,44	-3,13	9,04	-0,38	1,39	-0,11	4,87	6,00	8,83	-6,38	
Saldo Total	371	-463	1.337	-58	207	-18	766	987	1.563	-980	3.712
Construção Civil	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	-5,10	0,29	18,62	-3,31	11,25	4,23	22,26	21,06	5,34	3,25	
Saldo Total	-3.067	187	9.507	-2.323	9.499	3.892	22.683	28.255	8.823	5.519	82.975
Comércio	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	3,52	6,35	6,24	5,74	5,30	4,73	4,54	7,19	4,59	4,00	
Saldo Total	7.486	14.648	15.552	14.717	14.699	13.643	14.524	24.409	17.131	15.776	152.585
Serviços	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	2,19	5,15	6,52	1,96	4,02	3,79	5,03	7,56	5,85	3,32	
Saldo Total	8.658	20.957	28.003	9.571	19.580	19.292	28.099	44.869	37.395	22.997	239.421
Admin. Pública	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	0,02	-5,18	-4,73	1,39	3,47	2,53	-0,04	1,06	1,61	-0,99	
Saldo Total	6	-1.856	-2.011	347	1.009	709	-17	472	850	-424	-905

Tabela 3 - Bahia: saldo do emprego por cada ano, atividade e variação % de 2003 a 2012 (conclusão)

Agropecuária	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	7,42	5,05	0,44	-5,72	2,84	-1,03	-2,61	7,23	5,08	-2,21	
Saldo total	4.846	3.744	317	-4.392	2.654	-965	-2.412	6.386	4.879	-2.242	12.815
Outros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	----	0	----	----	----	----	----	0	0	0	
Saldo total	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Elaboração Própria

Fonte: CAGED (MTE, 2013)

Tabela 4 - Vit. da Conquista: saldo do emprego por cada ano, setor e variação % de 2003 a 2012

(continua)

Extrativa mineral	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	-1,18	22,22	-8,70	10,11	47,19	4,03	-3,73	-10,37	2,58	0,00	
Saldo total	17	20	-10	9	42	6	-6	-17	4	0	65
Indústria de Transformação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2003 a 2012
Variação %	0,44	25,30	4,60	9,11	7,04	4,85	2,26	7,28	0,38	0,70	
Saldo total	0	748	155	486	420	269	160	541	32	58	2.896
Serv. Indústria e utilidade. Pública	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	-12,50	-11,76	-0,75	1,52	0	-1,27	21,71	-3,31	-2,97	-15,00	
Saldo total	-1	-2	-1	2	0,00	-2	33	-6,00	-6,00	-30,00	-13,00
Construção civil	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	-9,71	-8,98	36,79	6,13	9,49	-9,11	20,37	61,25	7,54	9,39	
Saldo total	-119	-106	316	96	175	-218	427	1.598	288	493	3.050
Comércio	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	0,65	6,84	5,35	7,07	4,36	3,49	3,42	7,29	4,08	5,85	
Saldo total	56	641	537	723	490	404	443	1.001	616	935	5.846
Serviços	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	3,03	2,85	16,32	7,15	1,67	1,54	6,84	11,58	3,33	2,24	
Saldo total	289	298	1.772	772	206	202	956	1.717	584	415	7.211
Admin. Pública	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	-0,47	0,00	0,05	0,05	0,02	1,08	-0,34	-0,96	0,17	-0,12	
Saldo total	-19	0	2	2	1	64	-21	-53	9	-6	-21
Agropecuária	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %	-20,95	5,50	3,95	-15,40	-2,78	2,56	-13,54	4,25	-1,96	0,90	
Saldo total	-281	69	44	-176	-35	38	-201	56	-29	14	-501
Outros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2003 a 2012
Variação %											
Saldo total	0	0	0	0	0	0	0				0

Elaboração Própria

Fonte: CAGED (MTE, 2013)

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2003

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	16	17	17	-1,18
Indústria da Transformação	965	952	13	0,44
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	6	7	-1	-12,50
Construção Civil	852	971	-119	-9,71
Comércio	3.247	3.191	56	0,65
Serviços	2.414	2.125	289	3,03
Administração Pública	0	19	-19	-0,47
Agropecuária	1.079	1.360	-281	-20,95
Outros	1	1	0	----
Total	8.580	8.643	-63	-0,23

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2004

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	45	25	20	22,22
Indústria da Transformação	1.810	1.062	748	25,30
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	1	3	-2	-11,76
Construção Civil	1.557	1.663	-106	-8,98
Comércio	3.782	3.141	641	6,84
Serviços	2.593	2.295	298	2,85
Administração Pública	0	0	0	0,00
Agropecuária	1.799	1.730	69	5,50
Outros	0	0	0	----
Total	11.587	9.919	1.668	5,65

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da
Conquista 2005

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	27	37	-10	-8,70
Indústria da Transformação	988	833	155	4,60
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	4	5	-1	-0,75
Construção Civil	1.502	1.186	316	36,79
Comércio	4.144	3.607	537	5,35
Serviços	4.704	2.932	1.772	16,32
Administração Pública	7	5	2	0,05
Agropecuária	1.230	1.186	44	3,95
Outros	0	0	0	----
Total	12.606	9.791	2.815	9,20

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da
Conquista 2006

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	19	10	9	10,11
Indústria da Transformação	2.801	2.315	486	9,11
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	4	2	2	1,52
Construção Civil	1.503	1.407	96	6,13
Comércio	4.721	3.998	723	7,07
Serviços	3.290	2.518	772	7,15
Administração Pública	2	0	2	0,05
Agropecuária	1.385	1.561	-176	-15,40
Outros	0	0	0	----
Total	13.725	11.811	1.914	5,74

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2007

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Varição Emp. %
Extrativa Mineral	62	20	42	47,19
Indústria da Transformação	2.943	2.523	420	7,04
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	7	7	0	0,00
Construção Civil	1.523	1.348	175	9,49
Comércio	5.151	4.661	490	4,36
Serviços	3.515	3.309	206	1,67
Administração Pública	5	4	1	0,02
Agropecuária	1.519	1.554	-35	-2,78
Outros	0	0	0	----
Total	14.725	13.426	1.299	3,33

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/6

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2008

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Varição Emp. %
Extrativa Mineral	48	42	6	4,03
Indústria da Transformação	2.955	2.686	269	4,85
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	33	35	-2	-1,27
Construção Civil	1.603	1.821	-218	-9,11
Comércio	5.918	5.514	404	3,49
Serviços	3.912	3.710	202	1,54
Administração Pública	75	11	64	1,08
Agropecuária	1.346	1.308	38	2,56
Outros	0	0	0	----
Total	15.890	15.127	763	1,89

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/6

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2009

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	34	40	-6	-3,73
Indústria da Transformação	2.729	2.569	160	2,26
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	55	22	33	21,71
Construção Civil	2.035	1.608	427	20,37
Comércio	6.288	5.845	443	3,42
Serviços	4.774	3.818	956	6,84
Administração Pública	7	28	-21	-0,34
Agropecuária	1.264	1.465	-201	-13,54
Outros	0	0	0	----
Total	17.186	15.395	1.791	4,06

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/6

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2010*

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	28	45	-17	-10,37
Indústria da Transformação	3.602	3.061	541	7,28
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	9	15	-6	-3,31
Construção Civil	5.074	3.476	1.598	61,25
Comércio	7.494	6.493	1.001	7,29
Serviços	6.894	5.177	1.717	11,58
Administração Pública	7	60	-53	-0,96
Agropecuária	1.629	1.573	56	4,25
Outros	0	0	0	----
Total	24.737	19.900	4.837	10,56

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/6

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2011*

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Varição Emp. %
Extrativa Mineral	39	35	4	2,58
Indústria da Transformação	4.118	4.086	32	0,38
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	31	37	-6	-2,97
Construção Civil	4.787	4.499	288	7,54
Comércio	8.228	7.612	616	4,08
Serviços	7.774	7.190	584	3,33
Administração Pública	20	11	9	0,17
Agropecuária	1.656	1.685	-29	-1,96
Outros	0	0	0	----
Total	26.653	25.155	1.498	2,88

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/6

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia Município: Vitória da Conquista 2012*

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Varição Emp. %
Extrativa Mineral	23	23	0	0,00
Indústria da Transformação	3.652	3.594	58	0,70
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	51	81	-30	-15,00
Construção Civil	6.242	5.749	493	9,39
Comércio	8.370	7.435	935	5,85
Serviços	7.805	7.390	415	2,24
Administração Pública	5	11	-6	-0,12
Agropecuária	1.266	1.252	14	0,90
Outros	0	0	0	----
Total	27.414	25.535	1.879	3,42

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/6

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2003

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	2.356	1.046	1.310	11,12
Indústria da Transformação	43.075	36.198	6.877	5,85
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	1.418	1.047	371	2,44
Construção Civil	47.142	50.209	-3.067	-5,10
Comércio	75.364	67.878	7.486	3,52
Serviços	127.813	119.155	8.658	2,19
Administração Pública	728	722	6	0,02
Agropecuária	51.775	46.929	4.846	7,42
Outros	17	2	15	----
Total	349.688	323.186	26.502	2,89

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2004

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	2.338	1.517	821	7,70
Indústria da Transformação	55.631	40.945	14.686	11,41
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	1.092	1.555	-463	-3,13
Construção Civil	51.047	50.860	187	0,29
Comércio	84.601	69.953	14.648	6,35
Serviços	139.953	118.996	20.957	5,15
Administração Pública	602	2.458	-1.856	-5,18
Agropecuária	70.812	67.068	3.744	5,05
Outros	0	0	0	----
Total	406.076	353.352	52.724	5,46

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2005

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	2.365	1.928	437	3,64
Indústria da Transformação	60.539	49.729	10.810	7,44
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	3.146	1.809	1.337	9,04
Construção Civil	63.697	54.190	9.507	18,62
Comércio	97.747	82.195	15.552	6,24
Serviços	165.495	137.492	28.003	6,52
Administração Pública	1.743	3.754	-2.011	-4,73
Agropecuária	75.761	75.444	317	0,44
Outros	0	0	0	----
Total	470.493	406.541	63.952	6,29

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2006

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	1939	1.427	512	5,44
Indústria da Transformação	63.001	56.286	6.715	4,29
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	1.682	1.740	-58	-0,38
Construção Civil	71.015	73.338	-2.323	-3,31
Comércio	103.087	88.370	14.717	5,74
Serviços	163.272	153.701	9.571	1,96
Administração Pública	1.111	764	347	1,39
Agropecuária	68.105	72.497	-4.392	-5,72
Outros	0	0	0	----
Total	473.212	448.123	25.089	2,29

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2007

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Varição Emp. %
Extrativa Mineral	2.528	1.888	640	6,01
Indústria da Transformação	70.796	60.364	10.432	6,31
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	2.161	1.954	207	1,39
Construção Civil	76.996	67.497	9.499	11,25
Comércio	114.987	100.288	14.699	5,30
Serviços	174.567	154.987	19.580	4,02
Administração Pública	1.992	983	1.009	3,47
Agropecuária	87.224	84.570	2.654	2,84
Outros	0	0	0	----
Total	531.251	472.531	58.720	5,05

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2008

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Varição Emp. %
Extrativa Mineral	2464	2.189	275	2,38
Indústria da Transformação	76.391	72.297	4.094	2,34
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	2.319	2.337	-18	-0,11
Construção Civil	96.041	92.149	3.892	4,23
Comércio	131.184	117.541	13.643	4,73
Serviços	208.247	188.955	19.292	3,79
Administração Pública	2.478	1.769	709	2,53
Agropecuária	91.576	92.541	-965	-1,03
Outros	0	0	0	----
Total	610.700	569.778	40.922	3,37

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2009

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	2.766	2.497	269	2,31
Indústria da Transformação	78.004	70.746	7.258	3,72
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	3.357	2.591	766	4,87
Construção Civil	108.335	85.652	22.683	22,26
Comércio	137.257	122.733	14.524	4,54
Serviços	217.640	189.541	28.099	5,03
Administração Pública	1.712	1.729	-17	-0,04
Agropecuária	85.476	87.888	-2.412	-2,61
Outros	0	0	0	----
Total	634.547	563.377	71.170	5,30

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2010 *

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	3572	2186	1386	10,89
Indústria da Transformação	99581	82398	17183	8,37
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	4532	3545	987	6
Construção Civil	175245	146990	28255	21,06
Comércio	176000	151591	24409	7,19
Serviços	280014	235145	44869	7,56
Administração Pública	2768	2296	472	1,06
Agropecuária	94499	88113	6386	7,23
Outros	0	0	0	----
Total	836211	712264	123947	8,64

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2011*

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	3552	2320	1232	9,06
Indústria da Transformação	97677	91900	5777	2,56
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	6835	5272	1563	8,83
Construção Civil	169270	160447	8823	5,34
Comércio	188705	171574	17131	4,59
Serviços	313582	276187	37395	5,85
Administração Pública	3380	2530	850	1,61
Agropecuária	98622	93743	4879	5,08
Outros	0	0	0	----
Total	881623	803973	77650	4,91

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Estado: Bahia 2012 *

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Deslig.	Saldo	Variação Emp. %
Extrativa Mineral	2856	2360	496	4,05
Indústria da Transformação	94680	97832	-3152	-1,35
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	3625	4605	-980	-6,38
Construção Civil	155165	149646	5519	3,25
Comércio	183575	167799	15776	4
Serviços	314270	291273	22997	3,32
Administração Pública	2863	3287	-424	-0,99
Agropecuária	89919	92161	-2242	-2,21
Outros	0	0	0	----
Total	846953	808963	37990	2,28

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2005

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	45.115	35.585	9.530	6,24
Indústria da Transformação	2551.984	2374.436	177.548	3,01
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	63.288	49.755	13.533	4,43
Construção Civil	1091.798	1006.745	85.053	8,44
Comércio	2912.498	2522.683	389.815	6,98
Serviços	4218.210	3648.505	569.705	5,87
Administração Pública	97.546	75.947	21.599	3,07
Agropecuária	1198.355	1211.233	-12.878	-1,00
Outros	207	131	76	271,43
Total	12179.001	10925.020	1253.981	5,09

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2006

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	46.759	34.707	12.052	8,49
Indústria da Transformação	2692.463	2442.224	250.239	4,06
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	66.406	59.037	7.369	2,40
Construção Civil	1257.480	1171.684	85.796	7,34
Comércio	2940.198	2603.404	336.794	5,85
Serviços	4717.250	4195.641	521.609	4,84
Administração Pública	85.068	76.815	8.253	1,42
Agropecuária	1025.525	1018.951	6.574	0,57
Outros	0	0	0	----
Total	12831.149	11602.463	1228.686	4,72

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2007

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	48.370	38.608	9.762	5,91
Indústria da Transformação	3126.985	2732.401	394.584	6,09
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	61.347	53.595	7.752	2,45
Construção Civil	1428.582	1251.827	176.755	13,08
Comércio	3298.542	2893.451	405.091	6,56
Serviços	4969.393	4382.290	587.103	5,29
Administração Pública	97.321	82.069	15.252	2,36
Agropecuária	1310.749	1289.656	21.093	1,46
Outros	0	0	0	----
Total	14341.289	12723.897	1617.392	5,85

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2008

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	54.161	45.490	8.671	5,32
Indústria da Transformação	3525.765	3347.090	178.675	2,55
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	70.994	63.029	7.965	2,38
Construção Civil	1866.537	1668.669	197.868	12,93
Comércio	3774.888	3392.670	382.218	5,91
Serviços	5856.365	5208.106	648.259	5,67
Administração Pública	105.502	95.186	10.316	1,92
Agropecuária	1405.119	1386.887	18.232	1,22
Outros	0	0	0	----
Total	16659.331	15207.127	1452.204	5,01

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2009

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	42.915	40.879	2.036	1,18
Indústria da Transformação	3147.085	3136.220	10.865	0,15
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	77.608	72.624	4.984	1,41
Construção Civil	1950.078	1772.893	177.185	9,17
Comércio	3783.528	3486.371	297.157	4,20
Serviços	5802.755	5302.578	500.177	3,93
Administração Pública	112.804	94.729	18.075	2,33
Agropecuária	1270.867	1286.236	-15.369	-0,99
Outros	0	0	0	----
Total	16187.640	15192.530	995.110	3,11

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2010 *

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	60.296	42.581	17.715	10,34
Indústria da Transformação	4.081.297	3.536.930	544.367	7,34
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	97.199	77.165	20.034	5,69
Construção Civil	2.681.405	2.347.094	334.311	14,77
Comércio	4.713.034	4.101.134	611.900	8,27
Serviços	7.324.657	6.306.605	1.018.052	7,72
Administração Pública	119.015	108.598	10.417	1,41
Agropecuária	1.350.575	1.351.950	-1.375	-0,09
Outros	0	0	0	----
Total	20.427.478	17.872.057	2.555.421	7,74

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
BRASIL 2011*

Atividade Econômica	Total Admiss.	Total Demiss.	Saldo	Variãçã o Empr. %
Extrativa Mineral	65.549,00	46.011,00	19.538,00	10,34
Indústria da Transformação	4.097.991,00	3.879.853,00	218.138,00	2,73
Serviços de Indústria e Util. Pública	105.043,00	95.576,00	9.467,00	2,48
Construção Civil	2.847.681,00	2.622.536,00	225.145,00	8,87
Comércio	5.075.956,00	4.616.115,00	459.841,00	5,71
Serviços	8.101.372,00	7.166.405,00	934.967,00	6,50
Administração Pública	113.468,00	97.342,00	16.126,00	1,80
Agropecuária	1.372.951,00	1.289.724,00	83.227,00	5,59
Outros				
Total	21.780.011	19.813.562	1.966.449	5,47

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Brasil 2012 *

Atividade Econômica	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr. %
Extrativa Mineral	62.925	51.819	11.106	5,37
Indústria da Transformação	3.932.447	3.845.062	87.385	1,07
Serviços de Indústria e Utilidade Pública	106.620	96.425	10.195	2,70
Construção Civil	2.884.577	2.736.463	148.114	5,13
Comércio	5.156.364	4.772.938	383.426	4,51
Serviços	8.202.354	7.527.934	674.420	4,38
Administração Pública	113.200	115.647	-2.447	-0,31
Agropecuária	1.285.470	1.282.092	3.378	0,22
Outros	0	0	0	----
Total	21.743.957	20.428.380	1.315.577	3,47

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

*Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.